



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0045/14	DATA: 21/02/2014	
LOCAL: Tribunal de Justiça de Manaus, Estado do Amazonas	INÍCIO: 10h48min	TÉRMINO: 13h24min	PÁGINAS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
RENATO ALMEIDA SOUTO - Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos — MNDH.
YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Desembargador Corregedor-Geral de Justiça.
DIVALDO MARTINS - Juiz Auxiliar do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.
RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.
FÁBIO TAVARES AMORIM – Advogado.
LUIZ CASTRO – Deputado Estadual do Amazonas.
ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - Chefe do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

SUMÁRIO

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. Audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há termos ou expressões ininteligíveis.
Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.
Há oradores não identificados.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi encerrada.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu cumprimento todos os presentes, notadamente os Parlamentares. Sra. Deputada Erika Kokay, receba, juntamente com sua colega que está aqui presente, Deputada Liliam Sá, os cumprimentos respeitosos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Digo e repito: nesse esforço de proteção da sociedade que está sendo empreendido pela CPI da Pedofilia, fiquem todos cientes de que V.Exas. têm um grande parceiro, que é o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Repito: somos parceiros porque nós todos temos interesse de desvendar a situação e de punir, de forma severa e implacável, os violadores da legislação penal, aqueles que atentam contra a dignidade e a vida das crianças do Amazonas.

Com essas palavras, eu dou início aos trabalhos que foram solicitados pela eminente Deputada Erika Kokay, que está aqui ao meu lado. No dia 14 de fevereiro, V.Exa., através do Ofício nº 812/14, pediu esta audiência em meu gabinete. De imediato, Sra. Deputada, tomei todas as providências. Tudo o que foi possível eu mandei fazer.

Eu estava em Brasília no dia de ontem, tinha compromissos. Além de institucional, também tinha compromisso particular, mas o antecipei para estar aqui ao seu lado, para olhar nos olhos de todos os senhores como Presidente do Tribunal, com a finalidade precípua de, juntos e de mãos dadas, com os mesmos gestos, com os mesmos pensamentos, fazer o melhor para encontrar realmente uma solução boa, viável, para essa situação que tanto choca os seres humanos, notadamente a todos nós magistrados amazonenses.

Eu não sei se a imprensa vai poder continuar aqui, porque V.Exa. tinha dito...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah, fiquem à vontade! Todos poderão pegar as imagens. *(Pausa.)*

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Bom dia, Deputada! Estamos ao seu inteiro dispor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estarmos aqui mais uma vez conversando acerca dos processos que dizem respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes que tramitam neste Tribunal de Justiça.



Nós estamos aqui com a representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, Presidenta Miriam, que é Conselheira, com a representante do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes aqui do Estado do Amazonas,...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Minha conhecida, talentosa servidora do Tribunal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... com o nosso parceiro Renato, do Movimento Nacional de Direitos Humanos; nós estamos com as assessorias que aqui estão dadas, os servidores da CPI, o Deputado José Ricardo, o Deputado Luiz Castro; e eu e a Deputada Liliam Sá, que somos Presidente e Relatora da CPI.

No ano passado, ao chegarmos aqui, nós percebemos que os processos que dizem respeito ao Sr. Adail Pinheiro tinham adentrado este Tribunal no mês de abril — nós estávamos no mês de setembro —, e a primeira movimentação que eles tinham tido, a distribuição, a nomeação de Relator, se deu poucos dias antes de a CPI estar reunida com o senhor. Isso nos causou uma extrema inquietação, porque nós sabemos da responsabilidade do Poder Judiciário e nós sabemos que a morosidade do Poder Judiciário, além de atentar contra o Estado Democrático de Direito, também possibilita a permanência de uma situação de vulnerabilidade e de ameaça às pessoas que são vítimas daquele que está respondendo a processo, nesse caso específico, crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o senhor já deve ter conhecimento de que nós chegamos a solicitar o deslocamento de competência desses processos, dos quatro processos que dizem respeito à exploração sexual, que é o objeto de investigação desta CPI. O Sr. Adail responde a uma série de processos, cinquenta ou mais que isso, mas nos dizem respeito apenas os processos que dialogam com o objeto da CPI, os processos relativos à exploração sexual. É óbvio que, como há muitas denúncias de que a exploração sexual se dá com recursos públicos, também nós vamos dialogar com os processos relativos à malversação de recursos públicos, porque, segundo o que nós estamos constatando e as denúncias que se têm confirmado nas investigações da CPI, eu posso dizer, sem antecipar qualquer juízo de valor, mas sem antecipar também qualquer julgamento, apontam que há a utilização de



recursos públicos. Não é da natureza desta CPI esse processo de investigação, embora reconheçamos que, em determinado momento, nós possamos dialogar com os processos que dizem respeito à malversação de recursos.

Então, nós pedimos o deslocamento de competência porque nos causou uma impressão muito forte de que havia uma morosidade absolutamente ameaçadora. Nós não podemos dizer que é uma morosidade dolosa — longe de nós —, mas uma morosidade que não se justifica e que por si só é nefasta e aprofunda a lógica de impunidade que naturaliza as violações e os crimes.

Portanto, nós fizemos essa solicitação ao CDDPH — Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nós estivemos na Corregedoria acompanhando a Ministra Maria do Rosário, Corregedoria do CNJ, que também solicitou o deslocamento de competência e a federalização, pelo que me consta, e que já solicitou, por provocação da própria Secretaria de Direitos Humanos, provocada por esta CPI, que fossem incluídos esses processos no Programa Justiça Plena, que significa ter uma prioridade, o que deveria ser absolutamente natural. Quando a Constituição fala que crianças e adolescentes são prioridades absolutas do Estado, da sociedade e da família, isso não pressupõe a prioridade apenas do Poder Executivo, pressupõe a prioridade do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, para todos os poderes, para todas as representações do Estado.

Então, nós estamos aqui para que nós possamos atestar como é que estão os encaminhamentos, ou como é que está a tramitação desses processos, porque nós vamos acompanhar. Fizemos esse pedido de federalização, encaminhamos ao Ministério Público, encaminhamos ao CDDPH, encaminhamos ao próprio CNJ. O CNJ já estabeleceu esse pedido e já o encaminhou ao Ministério Público também.

Então, veja, um dos objetivos da nossa visita é estarmos aqui cobrando e dizendo que nós estamos acompanhando e que nós queremos ver como estão tramitando os processos, porque achamos de uma gravidade... Ou seja, cada aspecto de lentidão da Justiça significa a possibilidade de mais vítimas — de mais vítimas. E foi isso que nós vimos no Município de Coari. Nós vimos no Município de Coari um terror. O Prefeito está preso, os assessores diretos dele estão presos; mas o terror está agudo no Município de Coari. Nós temos ali denúncias de casas que foram baleadas; denúncias de pessoas que estão ameaçadas de ser removidas dos



seus locais de trabalho; denúncias de pessoas que estão sendo ameaçadas de perder concessões em feiras, se denunciarem; denúncias de pessoas que estão ameaçadas de perder suas casas; denúncias de pessoas que estão sendo ameaçadas de morte, ameaçadas de morte por Secretários do Município, por funcionários de Secretário de Município. E nós vamos remeter isso para o senhor, porque nos chega, nos faz, nos constrói uma certeza, o que nós vimos em Coari no dia de ontem, de que as pessoas estão retirando suas filhas e seus filhos de casa, estão retirando suas esposas de casa, estão saindo, não estão tendo segurança de andar na rua, as pessoas vão às lágrimas — às lágrimas —, as pessoas estão se deslocando dos seus Municípios.

Nós colhemos o depoimento de uma mãe. A sua filha, porque fez um depoimento, está deslocada do Município, ameaçada lá no Município. Nós tivemos um depoente na CPI que nos informou que, em função das ameaças que sofreu, tentativa de atropelamento, enfim, foi deslocado para o Município de Manaus e, ao estar trabalhando no Município de Manaus, de repente ele tem um carro com pessoas ligadas ao Adail, o vigiando no local de trabalho, já em Manaus; enfim, ele tem que voltar de novo para o Município. E temos inclusive pessoas que estão em programas de proteção do Governo Federal.

Então, veja, nós temos um clima de terror, o que é uma afronta; uma afronta a este Poder, uma afronta à sociedade, uma afronta à democracia, uma afronta ao Estado Democrático de Direito, uma afronta aos brasileiros e brasileiras que carregam as marcas da luta pela democracia neste País, na alma e na pele.

Portanto, nós estamos aqui para dizer que estaremos traduzindo e formatando todos esses depoimentos colhidos, porque temos a nítida certeza de que, sem uma intervenção no Município de Coari, em que você possa limpar a máquina pública, que ainda continua sendo utilizada para alimentar a impunidade através do terror destilado, nós não vamos ter restabelecidas as condições. Então, viemos aqui para lhe dizer que nós estamos defendendo a intervenção no Município de Coari. E defendemos o afastamento preventivo do Prefeito, o que se deu, mas foi insuficiente — insuficiente! Eu nunca vi tanto absolutismo, eu nunca vi tanto desmando, eu nunca vi tanta sensação e tanto entranhamento nos agentes do Estado, do Município, nunca vi tanto entranhamento de uma lógica de que o Estado



lhe pertence e as pessoas lhe pertencem, de que é dono das pessoas, dono do Estado, dono da lei e dono de tudo. Então, portanto, nós vamos fazer essa solicitação.

E o segundo aspecto que eu queria falar com o senhor, porque o Ministério Público fez a solicitação da federalização. Só para o senhor ter ideia, a secretaria de desenvolvimento social — eu não sei qual é o nome, mas é a que cuida da assistência social — fez uma comissão e está vasculhando as fichas das denúncias de violação nos Conselhos Tutelares. Eu nunca vi isso! Ora, você tem que preservar seu sigilo, preservar a privacidade, isso está na lei. Simplesmente essa comissão está pegando todas as fichas para saber quais são as denúncias que estão chegando ao Conselho Tutelar e se há alguma denúncia, se está relacionada ao Sr. Adail. Isso não pode! Isso é pisotear, é esmagar os direitos de criança e adolescente, é revitimizar. O Estado, que deveria proteger a criança e o adolescente com direito violado, está revitimizando e agudizando o processo de violação. É o segundo aspecto que eu queria lhe informar. Mas nós vamos encaminhar tudo isso por escrito.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A senhora me permitiria?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não seria melhor eu ir dando a resposta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode.

Então, primeiro, a tramitação do processo, como eu lhe disse...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, Sra. Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe eu lhe falar tudo, aí o senhor responde, porque estão relacionadas.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Segundo, essa questão da intervenção. Terceiro, a gente esteve aqui com o senhor, e o senhor concordou — se não me falha a memória, foi o senhor que sugeriu — que nós pudéssemos indicar pessoas da CPI para acompanhar a tramitação dos processos que dizem respeito ao Sr. Adail, que estão dentro do objeto desta CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E da Estocolmo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E da Estocolmo.

Então, nós levamos ao Pleno da CPI os nomes indicados, foram devidamente aprovados, não foi uma indicação da Presidência ou da Relatoria, foi uma indicação do Pleno da CPI, e apresentamos nomes. Depois nós soubemos que as pessoas que foram indicadas não podem ter acesso ao processo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi indeferido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vi o parecer do Ministério Público. Eu vi. Eu vi o parecer do Ministério Público. Mas eu também lembro que o senhor — me parece — foi quem sugeriu que nós indicássemos essas pessoas para fazer o acompanhamento. Então, não adianta eu indicar pessoas, porque isso é simulacro de transparência; indicar as pessoas que não podem ter acesso aos processos. Portanto, é um simulacro. É o terceiro aspecto que eu queria falar para o senhor.

E o quarto aspecto, sem prejuízo do que venham a falar os demais participantes e integrantes desta comitiva, particularmente a Relatora: nós tivemos a notícia de que um rapaz que está em privação de liberdade junto com o Sr. Adail, inclusive, estaria em uma lanchonete que vende açaí, alguma coisa assim, em Ponta Negra, às 21h30min, aproximadamente, da terça-feira. Ou seja, ainda que ele esteja em semiaberto, ele não pode estar às 9h30min com uma mulher ou com quem que seja, não é? Mas está ali com amigos, enfim, em uma lanchonete, às 21h30min. Não é? Uma pessoa acusada de assassinato, de homicídio, me parece, e que está na cela — se não me falha a memória, foi a notícia que nos chegou, nós não somos daqui —, estaria preso junto com o Sr. Adail, e estaria tomando açaí numa terça-feira às 21h30min, acompanhado de amigos, enfim. Não interessa de quem estava acompanhado, mas estava ali, como se no gozo da liberdade estivesse. Isso é uma afronta à Justiça, não é? Uma afronta à Justiça. E como nós sabemos que é o Poder Judiciário responsável pela execução penal, nós estamos também lhe trazendo essa preocupação. O nome do rapaz...

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - O Marcelo, da Secretaria, (*ininteligível*) Rafael Souza.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Rafael Souza é o nome do presidiário. Rafael Souza estaria num local, numa lanchonete, alguma coisa, que vende açaí, em Ponta Negra, às 21h30min...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com a namorada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com a namorada, parece. Mas não interessa com quem estava. Se estivesse sozinho também era igualmente grave. Estava... Não tem como, não tem como. Numa cidade em que todos conhecem um caso e tal, isso é uma afronta e tem-se a impressão de que o Poder Judiciário não está cego, não é? Não tem uma imparcialidade que seria absolutamente estruturante para o bom desempenho de suas funções.

São esses, portanto, quatro aspectos.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não seria melhor por etapa, para eu não perder?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É por etapa.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A última foi a respeito do presidiário que estava passeando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi o presidiário, a questão do acesso dos advogados, a questão da intervenção no Município de Coari, e a tramitação dos processos que dizem respeito ao Sr. Adail que dialogam com o objeto desta CPI. Nós não queremos saber dos outros processos, enfim, mas desses.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu quero responder e vou fazê-lo por etapas.

Por questão de transparência, eminente Deputada, eu digo a V.Exa. que eu coloquei também para a gravação o meu setor de imprensa, que está gravando integralmente, a despeito também de vocês estarem gravando, apenas para não dizer que nós estamos fazendo isso sem o conhecimento de V.Exa.

Eu queria fazer também uma síntese rapidamente. Eu sou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas há 1 ano e meses. Eu assumi no dia 4 de julho de 2012, ou seja, há menos de 2 anos.

Existem vários casos a respeito do réu Adail Pinheiro que já estão se arrastando ao longo de muitos anos, de muitos anos mesmo. Muitos até fugindo da



esfera da pedofilia, mas na questão da improbidade administrativa, que recentemente foram declarados prescritos pelo Tribunal do Amazonas, porque realmente houve a prescrição, e a Relatora já solicitou providências ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para realmente apurar se houve — e houve, eu também acho que houve — leniência na tramitação daquele processo e a própria tibieza da Justiça. Então, nós não podemos permitir um negócio desses.

Eu não sou, quero dizer a V.Exa., Relator de nenhum desses processos. Nunca passou em minhas mãos nenhum processo do réu Adail Pinheiro. Eu, como Presidente do Tribunal, não tenho jurisdição. Eu tenho apenas a administração da Corte, de todos os problemas. Comungo em gênero, número e grau pela revolta, pelas palavras duras, mas precisas de V.Exa., de todos que participam e vão participar desta nossa audiência, a respeito do que está do que está acontecendo e que envolve o cidadão Adail Pinheiro — comungo inteiramente. É preciso uma resposta dura, forte, enérgica do Poder Judiciário amazonense.

Não que eu possa, como Presidente do Tribunal, obrigar algum desembargador, até porque, quero dizer a V.Exas., a nossa Corte é composta por 19 desembargadores. É uma Corte dividida. Nós não temos aqui uma harmonia, uma unanimidade para todas as nossas ações. Nós somos um Tribunal pequeno, mas que tem grandes divergências. Hoje, eu posso assegurar a V.Exa., que é quase que partido ao meio, embora não possa ser matematicamente ao meio, porque 19 não daria para dar 10 e 10. Dá 10 a 9, ou 9 a 10.

A respeito da tramitação dos processos, a senhora poderia, Deputada, até para que eu pudesse fazer uma afirmação, dizer qual foi o dia da nossa primeira audiência aqui? Vocês poderiam dizer?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi em setembro. Acho que foi dia 24, não é?

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Dia 19 de setembro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi 19? Foi dia 19.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixe-me prestar uma informação que eu vejo de suma importância para o esclarecimento da verdade que se busca. Não foi...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não pode ser dia 19, porque foi no dia 20 que começou a tramitar.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, mas eu quero saber da audiência aqui. Qual foi o dia?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi dia 23 ou 24.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Dia 24 de setembro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso aí: 24 de setembro. Eu tenho certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No dia 19, ele foi distribuído.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No dia 19 ele, ele foi distribuído. Foi dia 24, sim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Está esclarecido, então. Eu já posso avançar. Obrigado, Deputada.

Deixe-me fazer uma colocação: toda vez que há uma CPI, que há uma reunião, que há uma inspeção, lamentavelmente em nosso País muitas das vezes nós somos julgados pelo tribunal implacável de *blogs* que divulgam matérias e nos condenam sem nos dar sequer o direito sagrado constitucional da ampla defesa. Aquilo que é divulgado sai para *blog* maldosamente, e nós ficamos, assim, condenados previamente.

Para o esclarecimento da verdade que se busca, Deputadas, se disse aqui em vários jornais e *blogs* que tudo passou a tomar as medidas enérgicas e providências a partir da posição firme de V.Exas. Um esclarecimento necessário: no dia 13 de setembro, o eminente Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional de Justiça, solicitou providências ao Corregedor-Geral de Justiça e à Corregedoria Regional Federal da 1ª Região informações a respeito do... envolvendo a pessoa de Manoel Adail Amaral Pinheiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós mandamos uma documentação para ele, cobrando dele.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Só para lhe dizer: já naquela data, que tinha sido um apelo do Deputado Otavio Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em razão disso veio esse ofício.



O Desembargador Yedo Simões, já no dia seguinte, quando ele recebe, ele determina providências, mandando, com urgência, que os magistrados que respondem pela Comarca de Coari apresentem informações detalhadas acerca do andamento dos processos em que figura como parte Manoel Adail Amaral Pinheiro, no prazo de 5 dias. Então, já naquele momento, muito antes da presença honrosa de V.Exas., nós já estávamos tomando as providências pertinentes, atendendo a uma solicitação do Ministro Falcão.

É claro e evidente que a presença, repito, honrosa de V.Exas. trouxe muito mais reforço àquilo que nós estávamos precisando. Foi bom, foi útil, foi necessário. E nós agradecemos penhoradamente...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Excelência...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A CPI da Exploração, o movimento de direitos humanos... Então, assim, isso para nós não tem qualquer tipo de impacto. Nós não queremos dizer que a CPI é autora de todos os processos de desvendamento. Eu sei que essa é a sua preocupação. Concordo com o senhor. É uma construção.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu também entendo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós queremos é que o Tribunal dê respostas.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu estou mencionando isso e sei que vocês não estão com esse interesse, não. Eu estou apenas dizendo que muito antes da presença de V.Exas. nós já estávamos tomando providências. Isso é que é preciso ser dito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não parecia, porque nós chegamos aqui no dia 24 e a primeira movimentação houve no dia 19. Mas, enfim...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A senhora me permite eu poder continuar? Senão vai ficar um pouco difícil eu explicar tudo, vou me perder e eu não quero isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com certeza. Com certeza. Sinta-se à vontade.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Muito obrigado pela sua gentileza.

Então, a recomendação, eminentes participantes — eu não vou me dirigir só à senhora, mas a todos —, já foi no dia 18, já no dia 18. No dia 18, repito, a Desembargador Yedo Simões já determinou a todos os magistrados que respondiam na Comarca que dessem todas as informações. E recomende-se, ainda, que o referido magistrado que providencie incontinentemente a digitalização de todo o processo.

Em janeiro, Deputadas e participantes, senhores que participam aqui da nossa audiência, eu recebi do Coordenador de Autuação dos processos em segundo grau, notadamente no dia 28 de janeiro, um ofício de quatro laudas no qual ele relatava a precariedade e a dificuldade daquele setor, no dia 28 de janeiro. E está aqui presente esse cidadão. Ele relatava tudo. Nós temos uma grande dificuldade em todos os sentidos.

Eu recebo um Tribunal, onde há 10 anos não se realizava concurso para juiz e para servidores. Ou seja, em grande maioria servidores temporários, o que me trouxe um grande problema pela carência de bons funcionários. E eu, de forma corajosa e determinada, realizei gestão nomeando todos os concursados, e o concurso de juiz deve estar acabando dentro de 1 mês, no máximo, até o mês de maio, se muito se estender. Isso vai melhorar consideravelmente, porque nós temos uma carência: das 62 Comarcas, temos 32 Comarcas e mais 4 — 36; 36 Comarcas vagas. As senhoras imaginem a dificuldade de estar deslocando um juiz da Comarca de Caruaru para responder em Novo Airão; de Novo Airão para outra. São várias Comarcas, uma mistura muito grande, o que faz com que nós usemos uma linguagem: é um lençol curto, cobre a cabeça, mas os pés ficam de fora. Nós precisamos de muitos juizes. E, por incúria, quero dizer, por desídia das administrações passadas, não fizeram concurso e deixaram chegar a um caos com que nós estamos hoje convivendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 34? Quantas Comarcas tem o Estado?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - São 62 Comarcas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 34 estão vagas?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Trinta e quatro. Você confirma?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - São 36 juízes que faltam. Na verdade, nós temos um déficit de 36 juízes.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Trinta e seis juízes.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Fora os juízes que estão de férias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E essas Comarcas estão sendo atendidas pelo outro juiz da outra Comarca?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tem juiz, Deputada, respondendo por quatro Comarcas.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Por três ou quatro Comarcas. Por quê? Para ele poder responder por essas Comarcas, ele tem que vir para a Capital, porque no nosso sistema nós concluímos a digitalização de todos os processos no interior do Estado. Hoje nós não temos nenhuma Comarca em que os processos não sejam digitais. Então, a partir dessa digitalização que foi concluída, a implantação do processo eletrônico foi concluído em agosto, e a digitalização está sendo concluída agora, nós temos acesso a todos esses processos. Então, nós temos hoje um módulo de todos os processos de pedofilia de todas as Comarcas. Módulo dos processos de responsabilidade contra Prefeitos, crimes de responsabilidade também no módulo. Nós temos outro módulo de réus presos em todo o interior do Estado. Só foi possível porque esse trabalho se realizou em 2012, porque nós digitalizamos todos os processos. Nós estamos atualmente — apenas para acrescentar ao que o Presidente falou — com uma força-tarefa trabalhando em Coari. Nós temos uma comissão, que nós criamos, é um mutirão digital, que é uma assessoria virtual: são 20 servidores, 3 juízes, mais uns 5 funcionários da área de informática. Então, nós vamos trabalhar todos os processos atrasados no interior do Estado, apesar das nossas deficiências e da falta de juiz. Mas hoje nós podemos fazer essa assessoria à distância, remotamente. É o que hoje nós estamos fazendo. Iniciamos o trabalho nessa semana, e essa equipe está trabalhando especificamente o Município de Coari. Depois nós iremos trabalhar os demais Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses processos do Prefeito — me corrija —, em função do foro privilegiado, eles estão aqui. Eles não estão lá em Coari, não é?



O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Mas nós temos outros processos: de crime de responsabilidade, crime... Não é só o do Prefeito. Tem outros crimes também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas os relativos ao Prefeito, todos eles migraram para o TJ.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É, o de pedofilia, sim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - De pedofilia, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Todos eles, porque ele... Os criminais...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou, inclusive, dizer quantos tem e quantos já foram encerrados. Deixe-me prosseguir nessa parte.

Deputada, então, respondendo concretamente após fazer essa síntese a respeito da nossa carência e dificuldade de servidores, nós estamos realizando. Isso é um anseio de toda a sociedade e uma imposição incondicional da nossa Constituição, que prevê que o ingresso no serviço público tem que ser pela porta principal, que é a via do concurso. Então, isso já está me deixando mais tranquilo.

Nenhum desembargador, com exceção do Desembargador Djalma Martins da Costa, que, por sinal, é irmão do Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, que está no cargo há quase 30 anos, nenhum desembargador tem mais do que 10 anos na função. Eu sou um dos mais antigos. Eu, o Desembargador João Simões e a Desembargadora Graça vamos completar 10 anos agora no dia 15 de outubro. Nenhum desembargador sabe dessas coisas do passado, a não ser de 10 anos para cá, mas também nós nunca pegamos esses processos, salvo alguns que estão caindo pela distribuição.

Sobre a tramitação dos processos, no dia em que V.Exa. realmente pediu, eu tomei as providências enérgicas e pertinentes e indaguei a razão da demora da digitalização. Nós enfrentávamos e ainda estamos enfrentando, já com menor potencialidade, a questão da mudança do físico para o virtual. Não foi fácil para nós colocar isso para funcionar, todos os processos físicos para o setor de digitalização.

O processo de que a senhora falou naquela oportunidade — realmente, a senhora tem completa razão — estava no setor de autuação e digitalização naquele prazo. O que eu fiz quando a senhora pediu? A senhora estava presente, chamei o



servidor — que era ele —, ele apareceu, e eu disse que queria providências enérgicas. Não só isso: eu mandei instaurar uma sindicância, que foi feita rigorosamente. Já comuniquei à senhora, comuniquei ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao próprio Conselheiro Gilberto Martins a conclusão da sindicância.

Mas aconteceu um fato, no decorrer da sindicância, que é de suma importância mostrar. Não se ouve, como maldosamente se tentou plantar, dizer que havia privilégio, que eu estava querendo segurar processo de Adail.

Para a senhora ter uma ideia, eu tenho uma certidão — tudo isso eu vou passar às mãos de V.Exa. Quando eu soube que tinha um processo que não tinha sido digitalizado e eu mandei instaurar a sindicância, o próprio servidor informou que, na frente do processo do Adail, na frente, também esperando a digitalização, tinham 146 processos, Deputada. Cento e quarenta e seis processos! Não era só o dele. Tinham 146. Por decisão do Desembargador Corregedor, ele mandou que parasse e desse prioridade àquela em razão daquela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas os quatro processos que dizem respeito — que agora são cinco, informava-me o seu auxiliar —, os processos que dizem respeito a exploração sexual e envolvem o Sr. Adail estão no programa Justiça Plena, do CNJ.

O SR. DIVALDO MARTINS - V.Exa. me permite? Nós recebemos comunicação do Ministro Falcão de que havia colocado somente dois processos, até agora, no Justiça Plena. Inclusive nós estamos mandando a certidão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ministro Falcão é o Corregedor?

O SR. DIVALDO MARTINS - O Corregedor Nacional.

Desembargador, vou só explicar. Por que eu disse que são cinco e não quatro? Quando a senhora esteve aqui, eram quatro processos por crimes sexuais contra vulneráveis envolvendo... Após a sua vinda, surgiu o quinto, que foi a denúncia decorrente daquela inspeção que o próprio Ministério Público fez. Na denúncia ele pediu a preventiva do acusado; caiu para o Desembargador Djalma, que, o Presidente já falou, eu vou falar, é meu irmão, e ele incontinenti decretou. Esse é o quinto processo.



O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - A que diz respeito esse processo?

O SR. DIVALDO MARTINS - Também... Também são acusações.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Qual é o artigo? O senhor sabe? Lembra?

O SR. DIVALDO MARTINS - Não, é o 217...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor sabe quais os artigos a que ele está respondendo?

O SR. DIVALDO MARTINS - Crime sexual contra vulnerável.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, agora ele pegou o 217-A.

O SR. DIVALDO MARTINS - O 217.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, tá. À época a gente tinha feito uma indagação: por que ele estava sendo enquadrado nos arts. 227, 228 e 229, se as denúncias eram com menores de idade?

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós solicitamos que fosse incluído no 217-A.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, ele teria que pegar como estupro de vulnerável, que é o 217-A. Então, ele entrou agora com essa nova que ele...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então são cinco processos?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cinco, não é?

O SR. DIVALDO MARTINS - Agora é o quinto. O quinto foi que gerou a preventiva dele...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixe-me... Eu quero chegar à tramitação de processos.

Então, esses processos têm a certidão. Tudo eu vou repassar a V.Exas. para esclarecimento daquilo que eu estou afirmando.

Houve realmente, então, a distribuição. Foi passado a um Relator, e alguns processos foram com o Relator originário e, alguns dias, alguns meses depois, ele arguiu suspeição, alguns desembargadores, por motivo de foro íntimo. Eu não posso chegar até eles e dizer: "*Por que o seu motivo?*" Porque o motivo de foro íntimo o magistrado leva para o seu túmulo. Isso ele não revela a ninguém.



Ah, sobre esse caso, nós temos certidões circunstanciadas, mostrando todo o histórico do processo, que eu estou mandando ao Ministro Falcão. E vou dar à senhora também a mesma cópia da certidão para vocês verem o andamento do processo.

Aqui, em cima, nós temos vários processos que estão tramitando na mão de alguns Relatores. O Desembargador Rafael Romano, não sei até por que ele deixou agora, é o Vice-Presidente, já decretou prisão no que ele responde. Decretou a prisão num processo em que, por mera coincidência, a Justiça do Amazonas nunca liberou o Adail. Quem liberou o Adail também eu vou dar para vocês. Em 2009, pela via constitucional do *habeas corpus*, em 28 de dezembro de 2009, o Ministro Gilmar Mendes, no exercício da Presidência, concedeu um *habeas corpus*. E agora, recentemente, eu recebi do Ministro Barroso a decisão dele julgando esse *habeas corpus* e dizendo na parte conclusiva: *“Diante do exposto, com base no art. 38 da Lei nº 8.038, de 1990, e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento à impetração. Esta decisão, contudo, não significa o automático restabelecimento do decreto prisional impugnado nestes autos, cujos fundamentos deverão ser reapreciados pelo órgão judiciário”*.

Logo, a despeito disso, o Desembargador Rafael Romano decretou a prisão preventiva dele. Está o decreto... Ele está preso por decisão do Tribunal de Justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não era o...

O SR. DIVALDO MARTINS - Houve a decretação neste quinto processo e houve de novo a decretação em outro processo pelo Desembargador Rafael Romano.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, são dois pedidos de prisão?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Duas prisões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele tem duas prisões decretadas pelo TJ do Amazonas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Duas prisões.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A primeira foi no caso do Desembargador Djalma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do 217-A?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a outra foi qual? O senhor sabe?

O SR. DIVALDO MARTINS - No processo de (*ininteligível*). É um antigo. É um desses antigos, que é da Vorax.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Um desses antigos.

Então, Deputada, respondendo: aqui em cima, apesar de reconhecer que houve — eu vou repetir aquela explanação que eu disse — a leniência e a tibieza da Justiça, que não é só nossa... A Desembargadora Carla, quando apresentou o voto, dizia uma coisa importante disso: que só nas mãos do Ministério Público, passou 5 anos e 5 meses o processo. E, no nosso Poder, 6 anos e pouco. Não posso, eu seria leviano se olhasse para vocês e dissesse que o Tribunal agiu corretamente. Há uma morosidade em caráter nacional de que nós temos que cuidar. Esse é um erro gravíssimo que tem que melhorar. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele está... Desembargador, perdoe-me, mas ele está no Justiça Plena.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Agora, como ele falou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os senhores podiam explicar como está.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E depois que ele foi introduzido no Justiça Plena, ele está tramitando rigorosamente nos limites da lei. Eu queria assegurar isso à senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas quais os dois que estão no Justiça Plena? O senhor pode me responder?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quatro, né, estão no Justiça Plena?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, só tem dois que estão...

O SR. DIVALDO MARTINS - Não, porque o Conselho Nacional de Justiça só lançou dois.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode falar, por favor.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas mesmo estando ou não no Justiça Plena, nós estamos atentos porque eu conclamei todos os magistrados,



todos os juízes desembargadores a que dessem uma atenção de forma muito especial a todos os processos que envolvem Adail Pinheiro. Isso aí independente de Justiça Plena. E a senhora tem cópia disso, que eu já lhe mandei, mas vou repetir, vou lhe dar aqui também.

Então, nessa questão da tramitação dos processos, eu posso lhe assegurar que hoje eu estou, como Presidente do Tribunal, que representa a lei e simboliza a Justiça. Tudo que se fala... Muitas das vezes, sobre um ato de desatino, um ato de incúria, de negligência de um juiz ninguém diz que foi o juiz, diz sempre que é o Tribunal, e o Tribunal é atingido na minha pessoa. E isso me traz um sofrimento muito grande, porque muitas das vezes eu nem sequer tomo conhecimento disso. Mas é o ônus que a gente paga. Tem o bônus, mas tem o ônus. Sofro por isso, mas quero dizer à senhora o seguinte: não há nenhum interesse, pelo que eu imagino, em querer proteger esse cidadão, embora reconheça que houve realmente morosidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Leniência e tibieza.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Agora, sigilo, Deputada. Naquele dia nós conversamos. Eu não me recordo se partiu de V.Exa. ou da minha parte. Eu sei que eu tive a melhor boa vontade em sempre escancarar as portas do Poder Judiciário à CPI para procurar fazer o melhor. Se eu disse — eu acho que eu não disse, mas eu não vou querer dizer se foi a senhora ou se fui eu —, eu sugeri, se foi o caso ou se foi a senhora, eu acolhi a súplica e mandei, de imediato, aos relatores. O que aconteceu? A pedido do próprio Ministério Público, porque esses inquéritos e também uma ação tramitava em sigilo de justiça, o Relator, que é o Desembargador Mauro Bessa, respondeu que não concederia, em sintonia com o parecer ministerial, em razão do sigilo da Justiça. Eu não posso, como Presidente do Tribunal, impor. Aquele seu ofício, a senhora me mandou, de imediato, eu mandei. Eles estavam sendo credenciados pela CPI da Pedofilia, eu pedi a eles que analisassem. Mas eles já mandaram a decisão. A senhora já recebeu, porque eu mandei também cópia. Esse é um ato que eu não posso chegar: “*Olha, você tinha que mandar*”. Não, porque foge da minha competência, sendo que eu não tenho jurisdição. Então, esse caso, repito, é de lei, é uma imposição do sigilo de lei, e o Desembargador achou que, naquele momento, não deveria dar. Não sei se, na



frente, ele poderá dar. Também parte da consciência do magistrado. O simulacro que a senhora falou... Qual foi o terceiro, Dr. Divaldo, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A intervenção.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Hã?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Intervenção.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah, sim, senhora... Eu acho...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas eu só queria, Desembargador, se o senhor me permite, que o senhor também, nesse item da tramitação, pudesse fazer uma explanação para a CPI dos processos relativos à Operação Estocolmo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou... Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E eu gostaria de fazer uma pergunta também referente a isso. Eu gostaria de saber como é feita a seleção dos juízes auxiliares, já que dois juízes auxiliares foram investigados pelo CNJ, de favorecimento a Adail.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E eles estão nesse processo auxiliando, em uma portaria que saiu no dia 27 de fevereiro, aqui, do Tribunal.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Perfeito, Deputada. Deixe-me dizer a V.Exa. Na Operação Estocolmo, o Relator é o Desembargador Rafael. Eu vou passar a palavra para ele. Mas eu queria, porque nós estamos, aqui, em uma audiência, onde nós não podemos deixar só, assim... sem citar nomes. Decline, por gentileza, os nomes dos magistrados.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está aqui já.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É de suma importância para nós.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Elci Simões...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...e Aírton Gentil. E eles foram investigados pelo CNJ. Aqui, olha: a portaria que abriu investigação contra Ailton Gentil...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Aírton.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ...Airton Gentil, considerando que o Juiz de Direito Airton Luís Corrêa Gentil, da Justiça do Estado do Amazonas, teria solicitado a compra de passagens aéreas para sua família ao servidor Adriano Teixeira Salan, possivelmente pagas pela Prefeitura de Coari. A Procuradoria da República, no entanto, apresentou parecer, ao final, e propôs aposentadoria compulsória de outros juízes, que também estavam envolvidos, Domingos Jorge Chalub Pereira, Hugo Fernandes Levy Filho, Ana Paula Medeiros Braga, Rômulo José Fernandes da Silva, e a advertência de Elci Simões de Oliveira e Airton Luís Corrêa Gentil, porque um recebeu camisas para a escola de samba; outro, passagem para a Escola de Samba Grande Rio. Elci Simões, para a Escola de Samba Grande Rio, e Airton, passagens aéreas. Então, eles foram investigados pelo CNJ. Sofreram advertência. Agora, eles estão no processo do Adail, como juízes auxiliares nessa questão. Eu acho que não seria correto isso, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tá. Eu vou passar ao Desembargador Romano, por dois motivos: primeiro, porque ele é o Relator da...

O SR. DIVALDO MARTINS - Estocolmo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ...Operação Estocolmo. Segundo, porque ele é o Vice-Presidente e esses juízes não são meus auxiliares, são dele. V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes disso...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com relação ao item anterior, do acesso dos advogados, o senhor encaminhou um primeiro ofício, autorizando o acompanhamento pelos advogados.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Só uma coisa: eu não autorizei. Eu encaminhei para eles tomarem conhecimento da sua determinação de indicá-los. Eu não autorizei porque eu não podia autorizar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor podia... No segundo momento, o senhor mandou dois ofícios, porque houve a mudança dos juízes do processo. Houve a mudança dos juízes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eles se declararam suspeitos.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, um deles se declarou suspeito e tal. Então, houve um novo desembargador. O segundo desembargador, o senhor mandou outro ofício, dizendo que o desembargador é que deveria decidir. No primeiro, o senhor comunica o compromisso que foi feito com esta CPI e fala para ele tomar as providências necessárias para possibilitar o acesso, comunicando quem são os nomes. No segundo juiz, ou desembargador, o senhor diz que ele decida sobre o que foi feito, desconsiderando que houve um compromisso de V.Exa. conosco.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, eu vou repetir isso aqui. Volto a dizer: não sei se partiu da senhora ou de mim. Depois, o compromisso é de que eu encaminharia... Eu não podia dizer que eu posso mandar, porque eu não tenho jurisdição. Não desconsidere e jamais terei de desconsiderar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou lhe encaminhar a diferença entre o primeiro e o segundo ofício. No primeiro ofício, o senhor diz que houve esse encaminhamento para providências, dizendo quais são os nomes e pedindo ao juiz encarregado do caso que ele possa tomar as providências...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pertinentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...viabilizando o compromisso.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pertinentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. No segundo, o senhor diz para ele analisar o acesso...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A conveniência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O pior é que é a mesma coisa. Tanto faz numa palavra ou outra...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na sua avaliação é a mesma coisa; na minha, não é, não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, mas na minha é, e não tem nenhuma diferença o meu entendimento...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na minha interpretação...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ...analisar ou decidir.



O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Na linguagem jurídica...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Linguagem jurídica. Mas repito à senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, era para tomar as providências...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pertinentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode pegar, por favor?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Se a senhora quiser, eu leio agora. Tenho tudo aqui. Mas eu vou lhe passar para a senhora analisar. Em tudo eu tenho tido o cuidado de informar à Deputada Kokay o que está acontecendo. E está aqui, porque eu tenho prova do recebimento. Se a senhora não recebeu, a senhora me comunica, que eu lhe darei agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu recebi.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah, graças a Deus!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu só não estou com ele aqui, mas eu recebi.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas de tudo que tem aqui eu vou lhe dar a cópia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu recebi, tanto é que eu estou lhe mostrando a diferença entre o primeiro e o segundo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tá. Mas eu volto a dizer: são palavras sinônimas. Se eu mandei decidir ou analisar, jamais poderia impor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Primeiro, o senhor manda tomar as providências; e, segundo, o senhor manda analisar como se comportar. E aí ele nega.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É a mesma coisa na nossa linguagem jurídica. Mas não tem nenhuma diferença entre “analisar”, “estudar”, “decidir”, é questão de... Mas vamos dar a palavra para ele. Eu repito que é. Só não podia dizer: “*O senhor vai...*”

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O nosso vernáculo tem uma diferença entre “analisar” e “decidir”.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Na nossa linguagem jurídica, Deputada, é exatamente para que o magistrado, através do seu tribunal, ou melhor, da sua consciência, examine se aquilo é conveniente ou não. Mas vamos dar resposta aqui a outro colega. (*Pausa.*)

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - A pergunta é de que os dois Juízes auxiliares... depois é sobre a tramitação. Eu não tenho só a Estocolmo; eu tenho a Vorax. É um bocado de coisa aí, está tudo comigo. Esses quatro processos, ou cinco, que são os mais pesados, estão rigorosamente em dia. Se houve alguma solicitação nos meus processos para a participação de qualquer entidade, advogados, eu, com certeza, devo ter deferido, porque eu não proíbo... Agora mesmo o advogado pediu, falou comigo e disse: "*Não, vai logo lá comigo, que a gente resolve*", porque a participação do advogado, como um órgão auxiliar da Justiça, é muito importante. Não é só porque está do lado da CPI. Ninguém está do lado de ninguém. Nós queremos a verdade real. Os meus processos, não só esses, como os poucos que restam... porque não tem nenhum processo atrasado, nem para despacho, nem para sentença, desde que eu nasci na Justiça. Isso não é de hoje. Eu até gosto... Olha, a manifestação... Eu adoro isso, porque a manifestação desperta, desperta as entidades, as instituições, que hoje não funcionam, simplesmente perderam a credibilidade perante a opinião pública. Não é só o Poder Judiciário, não; o Legislativo, que faz as leis. Então, eu acho que a hora é de a gente atender a todos esses apelos, reconhecer as nossas fraquezas, as nossas fragilidades. Falta de recurso todo mundo tem. Hoje, tem que partir para a criatividade. Eu nunca reclamei aqui que o meu ar-condicionado deixou de funcionar. Meus processos nunca pararam. Não tem um advogado — eu desafio na imprensa, e já falei isso — que ande atrás de mim por causa de processo parado. Eu não quero ser o melhor dentro da Justiça. Isso gera uma inveja, inveja, mas eu não quero me nivelar, como eu disse ontem na Assembleia, aos piores; não quero, não. Agora, não vamos crucificar uma instituição. Vamos corrigir os erros, vamos responsabilizar os verdadeiros culpados. Eu sou muito instituição. Agora, de vez em quando, eu falo umas besteiras. Juiz tem que trabalhar. Eu tenho provimentos para a Justiça Federal e para a nossa Justiça, Deputada, determinando que juiz fique na sua comarca. Até para promotor eu fiz; não tenho nada a ver com promotor.



Felizmente, ou infelizmente, as coisas estão assim. Ninguém respeita mais ninguém. A autoridade, o Presidente pede, o Corregedor determina, ninguém atende. Então, eu acho que chegou a hora — sabe, Deputada? — de a gente repensar, repensar isso que nós estamos fazendo. Eu acho que... Não estou dizendo eu foi por causa da CPI, mas já deu um grande impulso, já deu um grande impulso. O CNJ está acompanhando também, não é? Eu sempre digo que o CNJ não vem para determinar o que o juiz tem que fazer, o desembargador tem que fazer. Mas eles estão fazendo. Eu acho que... olha, ruim com ele, pior sem ele. Eu acho que o CNJ tem que continuar. Mas, partindo para os dois auxiliares, quando eu os convidei, eu passei dois, quatro meses e tal, dois meses sem auxiliar, para escolher umas pessoas com perfis meus, para trabalho. Eu não quero doutor; eu não quero o cara com um pote desse tamanho cheio de cursos na França, no Japão, não sei onde. Eu quero gente que trabalhe. Tem que trabalhar, porque Direito todos nós sabemos. Então, pincelei. Como esses juízes são antigos, e me substituíam quando eu tirava férias, e trabalhavam, o que eu fiz? Pincei os dois. Tinham sido absolvidos pelo Conselho Nacional de Justiça. O primeiro não chegou nem a ser punido; o outro foi advertido. O Dr. Elci foi advertido; o Dr. Airton me parece que foi absolvido. De que forma ele foi absolvido pelo CNJ não me compete aqui sequer criticar. Acontece que, comigo, eles... Mando dois ao meu gabinete e à Vice-Presidência — a Vice-Presidência fica do outro lado. Nem na Vice-Presidência nem no meu gabinete tem nenhum processo para despacho ou sentença — nenhum. E os dois que vieram estão trabalhando, do perfil que eu peço e determino, todos dois juízes. Eu estou até passando aí, inclusive, uma certidão dizendo que não existe processo parado. Se o sujeito errou ou não, quem julgou foi o CNJ para lá e já cumpriram as suas penas. Só tem uma coisa: ou a compulsória põe a pessoa para fora, porque, enquanto ele estiver como juiz, tem que trabalhar. Eu sou contra... Inclusive, essas compulsórias, dando salário para o cara aí, ganhando salário mesmo, vai para a compulsória e vai receber o salário está acabando, não é? Parece que já tem um projeto aí. Está para acabar essa folga. Então, primeiro lugar. Segundo, estão trabalhando, religiosamente. Não têm nenhuma participação em processo de Adail, de ninguém, porque é mais administrativo.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas como que saiu na portaria falando desse senhor?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Ah, saiu uma portaria não. Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A portaria eu tenho aqui, eu tenho o documento.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Não, a portaria que saiu foi a do Desembargador.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas explica.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - O Desembargador Presidente baixou uma portaria nomeando, designando três ou quatro juízes e uma série de pessoas fazendo uma comitiva...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso foi indicado por ele.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - ... para trabalhar...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não posso...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Não, indicado por mim, não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Os juízes auxiliares da Presidência...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Da Presidência.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Claro, eu estou falando da Presidência.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Mas essa Comissão para Coari...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah, essa aí eu não sei.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Essa foi sua.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, eu estou dizendo que você está falando a respeito...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Não, eu quero saber quem criou essa comissão.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Comissão de quê?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Para fazer um mutirão lá em Coari. Tem três juízes ou quatro, não é?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, espere, deixe-me pegar o documento aqui.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Tem, tem aí. São três ou quatro juízes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tenho a portaria, tenho que abrir a portaria aqui.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Pode abrir, por favor. É que o gabinete do Vice-Presidente tem duas assessorias: a assessoria do gabinete, que são os processos que tramitam judiciais, no gabinete do...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Que não tem juiz, são assessores...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É, que não tem juiz, são assessores.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - São assessores. E da Vice-Presidência...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - E tem a assessoria da Vice-Presidência, que é justamente a dos juízes.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - ...que é a parte administrativa. É a parte administrativa.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Assim como o Presidente tem a assessoria administrativa...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - A parte jurisdicional, a parte criminal, etc., é lá no meu gabinete. E no meu gabinete não tem juiz.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Internet aqui está lenta — é porque eu tenho cópia dos documentos —, mas eu vou verificar e, depois...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Foi recente essa portaria?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, eu fiz uma recente...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É do dia 27. Pode pegar, se tiver aí; pode pegar, é do dia 27...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Ah! Foi agora? Essa portaria foi agora?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dia 27 de fevereiro de 2014.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É a sua?



O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Pois é, eu... Do mutirão, do grupo de trabalho.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Ah! É do mutirão. Não é minha, não.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É o mutirão virtual, e já está funcionando.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Essa, eu já estou fora. Estou fora.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E que não é apenas para esse processo, mas para todos os processos da comarca.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Inclusive, ela é bem específica...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não. Vinte e sete de janeiro, não é? Vinte e sete de janeiro. Vinte e sete de fevereiro, não; 27 de janeiro.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Para todos os processos, não é isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É, todos os processos...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não sei. Eu vou ver aqui, vou verificar aqui.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos os processos, mas com foco primeiro no Município de Coari, dada a repercussão...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - É...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Tem uma comissão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O.k.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Então, o problema das operações... Todos os processos que estão comigo estão caminhando, e até o início do semestre, com certeza, vão estar encerrados...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os da Estocolmo? Os da Operação Estocolmo?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Tudo: Estocolmo, Vorax. Está tudo lá comigo, eu acho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor prevê, então, que, no início do segundo semestre, estariam concluídos?



O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - É. Não, eu gostaria que até antes. Acontece que tem os prazos, e as pessoas não são encontradas, tem edital de 30 dias. As pessoas, infelizmente, têm que esperar, sob pena de nulidade.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Posso...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Só para dar o arremate final para o colega... Então, os juízes que foram declinados — estou me referindo a eles, àqueles dois que a Deputada Liliam falou — são da assessoria do Desembargador Vice-Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá!

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ...da escolha dele, e o Presidente dá concretude ao ato editando a portaria. Mas, uma coisa importante...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É uma portaria genérica?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Para os dois. Ele pede... Como eu nomeio...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Não é, não.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não tem nada com esse aí, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não é aquele caso que as senhoras estão falando. Estou falando de juízes auxiliares. Eu estou deixando bem claro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, os auxiliares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É uma solicitação do juiz, da Vice-Presidência. Ele só concretiza a solicitação.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Concretiza, isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, não é de responsabilidade...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ainda que seja de responsabilidade formal, mas os nomes não são indicados por ele, são indicados pela...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu cito um exemplo para vocês aqui. Olha, quem demitiu o Sadam fui eu. Mas os atos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Salan.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Salan, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele foi demitido?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Foi, sim, senhora, tem a portaria. Todos os atos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E ele está no processo? Porque ele...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos os atos posteriores... Deixe-me só explicar isso aí, viu, Deputada? Todos os atos posteriores não foram meus, foram de outros colegas. Ele foi condenado, ele recorreu, ele perdeu. No dia em que eu soube que transitou em julgada a decisão, eu mandei demiti-lo. E está demitido, a bem do serviço público, conforme aquela determinação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor o demitiu quando?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque a gente colheu o depoimento dele e...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois é, eu o demiti, Deputada, posso assegurar-lhe, já tem mais de 1 mês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...ele tinha sido...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Um mês e pouco...

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Dia 9 de fevereiro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Foi. Ele está demitido. Agora, me deixe só fazer um...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não. É que transitou em julgado a decisão, que foi da Corregedoria, pela demissão...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Antes, eu não podia fazer isso.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - ...porque ele recorreu, recorreu e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele foi afastado, é isso? — corrijam, se eu estiver errada —, porque ele depôs na CPI. E ele tinha retornado,



porque ele foi afastado, preventivamente, para um processo administrativo, parece-me.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Depois ele tinha retornado.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele foi... Foi uma decisão interna, administrativa, ou foi uma decisão judicial?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não, isso passou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Administrativa, não é?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É um processo longo, pela Corregedoria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - ...em que ele foi demitido, na gestão passada. Ele recorreu. Aí foi para o Conselho da Magistratura, e mantiveram a decisão da condenação dele à demissão. Ele recorreu para o Pleno.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - E isso tem os prazos, e ele utilizou de todos os recursos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas ele está demitido, já está transitado em julgado, já está...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Demitido. No Pleno novamente foi confirmada, e transitou em julgado. Tão logo transitou em julgado, o Presidente...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - No outro dia, eu fiz isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não tem mais recurso, não é?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não, não tem mais.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Tinha...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu dei isso. Agora, falando por ele...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - A não ser uma revisão. Mas...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Falando a respeito dele, eu queria dizer o seguinte: ele também foi preso, Deputada. Foi preso juntamente com o Adail, naquela época. Aqui eu vou lhe dar uma certidão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi. Mas por que ele não está preso até agora?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não! Quem liberou foi uma juíza titular de Coari, naquela época, chamada Sheila Jordana — vocês vão ver isso.

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - É, o juiz liberou por extensão. A extensão...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E por que ela liberou? Porque ela estendeu o benefício. Tinha sido liberado a maior, e ela deu. Mas isso aqui a senhora vai ter, também, a certidão. Só para fechar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que vale para o maior, vale para o menor, não é isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu queria fazer o arremate final. É que a própria resolução...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais bonito isso: o principal arrastou o acessório. É mais bonito.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O Regimento do próprio Conselho Nacional de Justiça diz o seguinte, lá no... não sei o artigo. O juiz punido com pena de advertência não pode figurar por 1 ano na promoção de merecimento. Então, a senhora veja o que o próprio Conselho estabelece: durante 1 ano, esse juiz fica trabalhando, mas não pode concorrer ao cargo de desembargador. É essa a imposição, talvez, maior que sofre, além da advertência que aconteceu, o Dr. Elci Simões. Passado isso, restabeleceu toda a tranquilidade dele, e ele está aí. Para fazer o quarto ponto, que é de suma importância, a senhora fala a respeito do Rafael...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. A intervenção...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah, a intervenção!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como é o nome? É Rafael...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De Souza...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - De Souza, aqui disseram, não é? Da intervenção o que eu soube, Deputada, primeiro, nunca chegou às minhas mãos nenhum pedido de intervenção, como Presidente do Tribunal. Mas hoje, lendo o jornal...

O SR. DIVALDO MARTINS - A imprensa registrou...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Lendo um jornal de hoje...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem uma relatora, já, eu acho, uma desembargadora...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Já. E é isso que eu queria dizer. Lendo um jornal... O jornal, eu soube, caiu na mão da Desembargadora Socorro Guedes, como Relatora do pedido, feito recentemente pelo Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não há coisa demorada. Se ele fez uma semana atrás, no máximo já está na mão da Relatora. Agora, se a senhora me perguntar o que foi que ela fez, eu não tenho como lhe responder, porque não sei. Isso foi de ontem para hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desembargador, nós queremos atuar, porque o Ministério Público fez a representação, mas nós queremos... Eu não sei, qual é o termo?

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - *Amicus curiae*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *Amicus curiae*, não é? Nós queremos... Qual é o nome?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ao próprio Relator o senhor vai pedir — não é isso, doutor? — essa... Correto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *Amicus curiae*.

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - *Amicus curiae*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É de suma importância o *amicus curiae*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *Amicus curiae*: amigo da corte, exatamente. Então, a gente quer entrar, porque a gente foi lá, viu tudo e tal...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, tranquilo... O que a senhora relata é dramático, é grave, gravíssimo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inclusive, tem as notas taquigráficas e tal, todas colhidas, grande parte colhida em sigilo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou falar. Então, Deputada, no tocante a isso, já está...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É Socorro Guedes a Desembargadora.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Socorro Guedes. Foi distribuído...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nós, eu estou lhe informando, vamos entrar com o *amicus curie*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A ela é que será dirigida, não a mim, como Presidente.]

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, a ela.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Posso passar para o Rafael? *(Pausa.)* Com referência ao Rafael, ele realmente cumpre pena, imposta pela Justiça...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Socorro...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Maria do Socorro Guedes Moura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah! Eu coloquei errado.

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O nome da minha mãe: Maria do Perpétuo Socorro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Como o Rafael cumpre pena... Pede logo o espelho para saber a data. O Rafael cumpre pena por imposição da Justiça do Estado do Amazonas. Ele está preso, hoje está no regime semiaberto. O que a senhora denuncia eu tomo conhecimento neste momento, porque, primeiro, não tenho nenhuma situação de eu saber quais são os presos que estão de forma



irregular, com benefício de diretor de presídio, de carcereiro, de... Eu não posso saber disso. Se existem aí, que devem existir, eu vou tomar providência agora, também — quero dizer à senhora —, vou mandar oficiar, anote, ao juiz da Vara de Execuções, que é o Dr. Luís Carlos de Valois Coêlho, para saber as razões desse privilégio. Essa é uma providência que a senhora está me pedindo, e eu quero que seja oficiada. A partir desse momento, eu sou, como Presidente do Tribunal, obrigado a encaminhar esse ofício para ele ou ao Corregedor, porque esse fato eu não sabia. Eu não...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Também eu farei isso. Independentemente do que o Presidente fizer — eu estou tomando conhecimento hoje —, já vou oficiar o juiz da execução, para que ele preste informações a respeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele está preso junto com o Adail, é isso?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não sei, porque isso é do juiz da execução.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, o senhor não sabe?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Isso é do juiz da execução. O juiz da execução é que comanda...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, eu sei...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Disseram que eles estão dividindo a mesma sala. É isso que foi passado pela imprensa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na mesma cela?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não sei, também. Nada disso nós temos. Só o juiz da vara de execuções.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Pode ser até que o juiz de execução vá pedir informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A nossa preocupação é: se ele está saindo e fica até fora da hora, o Adail também pode sair e voltar...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Na verdade, se o juiz da Execução não tinha conhecimento, ele vai ter agora, e vai pedir explicações ao diretor do presídio, não é?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe eu lhe dizer qual é a nossa..

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Porque quem é o carcereiro dele é a Secretaria de Interior e Justiça, através do seu diretor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque, ao que tudo indica, pelo nível de ameaças, enfim, que está em Coari, embora o Prefeito esteja preso, há um nível de articulação ou de comunicação. E o que nos faz... o que nos causa estranheza? É que, se esse Rafael de Souza, que eu não sei quem é — parece-me que é condenado por homicídio —, está no mesmo estabelecimento prisional que o Sr. Adail, primeiro, há possibilidade de que o próprio Adail possa também estar com esse privilégio inadmissível; segundo, ou, então, que haja um nível de articulação.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Nós estamos ainda na suposição que pode estar ocorrendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu estou dizendo, são suposições, sem nenhuma dúvida. Nós não podemos... Nós recebemos notícia — nós não vimos, nós não conhecemos —, recebemos notícia de que ele estava, às 9h30min, num lugar que vende açaí, na Ponta Negra.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Por isso mesmo, será comunicado ao juiz de execução...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Será comunicado ao juiz da vara de execuções...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, como ele está preso...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ...que é o responsável pelo acompanhamento da execução da pena.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como ele está preso no mesmo estabelecimento do Sr. Adail,...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Entendi, entendi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...e, como nós estamos percebendo que há um nível de terror agudo no Município de Coari, que é possível... supostamente seria articulado pelo próprio Adail... Enfim, o senhor entendeu qual é a nossa preocupação.



O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Entendi.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhem vocês aqui da Comissão, isso daqui não está sendo tocado, mas eu vou mostrar ao senhor, Deputado, que, lamentavelmente, muitas das vezes nas suas críticas, imerecidamente o Poder Judiciário é atingido. Mas me deixe só colocar isso aqui, um exemplo ao senhor, um exemplo ao senhor...

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Isso é um inquérito.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É triste para nós. Olhe um exemplo, ao senhor e a vocês, esse processo nós estamos recebendo no dia 28 de janeiro. Aqui envolve pedofilia, desde 2007. No dia 28, agora, de janeiro, aqui envolve Adail e outras pessoas influentes no Estado do Amazonas.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Dia 18 de fevereiro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É. E quando foi recebido?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Foi recebido, aqui, no dia 20...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Oito de janeiro, foi o que você me disse.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Isso. Foi recebido aqui no dia 28...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse processo já andou na Justiça Federal, e o juiz federal...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo qual é, Desembargador?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Iniciou na Polícia Federal.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou lhe dar o número. Está chegando agora para nós, está bem fresquinho.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É de 2007.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe só o que acontece, para você ver como muitas das vezes a gente paga um preço imerecido. Nesse processo da Justiça Federal, o juiz federal declinou e mandou para o Estado do Amazonas. Vocês sabem para onde foi esse processo? Para Roraima — mostre, doutor, para eles. Por um erro, lá, mandaram para Roraima; e o juiz de Roraima mandou para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo... qual é o artigo?



O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Esse é de 2007...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - De 2007...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não. Qual é o artigo?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Pedofilia.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, eu queria dizer à senhora, não tem 3 horas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São seis processos, então, que estão...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Envolve a Operação Vorax, aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Posso dar uma olhada?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou dar, mas deixe-me dizer uma coisa. Vejam só... Eu quero só dizer uma coisa para vocês. Vejam só como muitas das vezes nós recebemos crítica. Esse processo não está há 4 horas em minhas mãos. Se a senhora me perguntar sobre o que é que tem aqui dentro, já fui informado que tem denúncia de pedofilia, mas eu não virei uma folha, porque eu não tenho tempo para isso, eu estava me preparando para essa audiência, mas o cuidado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá. Já foi distribuído o...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não.

O SR. PAULO MÁRCIO CASTRO - Foi distribuído.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Já foi distribuído? Quem foi o Relator?

O SR. PAULO MÁRCIO CASTRO - Caiu para o Desembargador Paulo César Caminha, que já pediu para redistribuir...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe só, Deputada, o Desembargador Paulo César Caminha é de câmara cível, e o nosso Regimento diz que, na distribuição, tem que dar prioridade a quem é criminal. Já mandaram a um criminal — você não sabe quem foi?

O SR. PAULO MÁRCIO CASTRO - Ainda, não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ainda não está distribuído. Foi, em primeiro lugar, para o Desembargador Paulo Lima, mas ele arguiu a exemplo do Desembargador Cláudio Ramalheiro naquele caso do Desembargador Djalma.



Então, eu recebo e, na mesma hora, tomo providência. Isso aqui foi para Roraima, quando deveria ter vindo direto para o Estado do Amazonas.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Isso é um inquérito, pela Polícia Federal, que se iniciou em 2007; depois, foi para o Tribunal Regional Federal de Recursos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É crime sexual.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Exatamente. Da mesma Operação Vorax, onde descobriram essa questão da pedofilia. Esse inquérito tramitou na Polícia Federal, foi encaminhado para o Tribunal Federal de Recursos, e agora em dezembro o Desembargador Federal mandou que se encaminhasse ao Tribunal do Amazonas, depois de 6 anos tramitando na Polícia Federal e Justiça Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 2007.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Em 2007. Aí, por engano lá do setor...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi para Roraima.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - ...foi para Roraima. E agora, lá em Roraima, verificaram o engano e encaminharam para o Tribunal do Amazonas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Chegou quando esse processo?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Chegou no dia 28 de janeiro, e foi distribuído para o Desembargador Paulo Lima, que já declinou para outro que seja de câmara criminal.

SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declinou em função da condição de ser cível?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É, de ele ser de câmara cível.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E eu, como Presidente do Tribunal, soube disso...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Porque, quando esse processo chegou aqui, já foi digitalizado — porque só ingressa processo por meio eletrônico. Esse aí já está digitalizado. Esse aí é só o processo físico.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Presidente...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não, Vou já lhe passar...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Está sem denúncia.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Só para lhe dizer, Deputada, em menos de 4 horas que tomo conhecimento, já mandei dar todo o andamento. Cobrei da divisão para saber a quem foi distribuído — já foi ao primeiro; já foi ao segundo —, numa prova, repito, cristalina, cabal e insofismável, que o Tribunal não tem nenhum interesse de proteger nem Adail Pinheiro nem outras pessoas. Nós julgamos. Se julgamos certo ou errado, cabe à instância superior corrigir. Mas não julgamos com pusilanimidade, nós queremos o melhor.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Presidente...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Luiz Castro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Presidente, eu quero, com a vênia das duas Deputadas e de todos os senhores, colocar que o senhor é vítima de *blog*, e eu sou vítima de *blog*. Ainda agora colocaram, lá, que eu expulsei do meu gabinete umas mulheres que foram denunciar pedofilia. Ou seja, todos nós somos vítimas disso que o senhor coloca do Tribunal. Mas quero lhe colocar o seguinte: as críticas que já fiz, eu as fiz institucionalmente, como as Deputadas fizeram, e o senhor mesmo reconheceu a demora do Ministério Público, da Justiça Estadual e da Justiça Federal, que agora mesmo demonstra uma falha gravíssima em relação ao encaminhamento desse processo.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Na verdade, são sistemas de justiça do País, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Pois é.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Sistema de justiça do País.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - E a única crítica individualizada que eu fiz, de maneira respeitosa, porque eu tenho que respeitar a decisão, foi a uma decisão pretérita do Desembargador Pascarelli, que suspendeu os efeitos de condenações, do Tribunal de Contas do Estado, do Sr. Adail Pinheiro, e com isso viabilizou o registro de candidatura dele nas eleições. Essa crítica eu fiz, não insinuando que ele tivesse feito isso por qualquer outro motivo, mas discordando, com a formação jurídica que eu tenho, que não se iguala à dos senhores, pelo exercício, pela experiência, pela vivência de juiz, mas que me permite também, em alguns momentos, criticar respeitosamente, sem entrar nas razões soberanas do



juiz, na sua discricionariedade. Em nenhum momento, Presidente, eu, e muito menos o senhor, inclusive, eu elogiei aquela sua última entrevista, em que o senhor se posicionou — houve aquele episódio com o Patrick —, e a segunda vez que eu repercutei uma crítica foi aquela da ida do oficial de justiça, que o senhor esclareceu...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Que não houve — o senhor viu —, para o senhor ver a maldade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Pois é. Então, eu quero dizer que eu tenho o maior respeito.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E eu sei disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Soube que ontem colocaram que eu tento colocar suspeição sobre os membros, os Desembargadores — não é verdade. Eu acredito na Justiça do meu Estado e louvo o trabalho da Deputada Erika e da Deputada Liliam, porque eu vejo que elas estão sacudindo coisas que são importantes para o próprio Tribunal de Justiça, para os Tribunais Federais, para a Justiça brasileira. Temos, realmente, que ter outro olhar. O Desembargador Rafael Romano foi juiz desta área durante muito tempo. Nós precisamos realmente priorizar os processos contra crianças e adolescentes.

Desembargador Rafael, Desembargador Simões, demais Desembargadores aqui presentes, nosso Juiz Auxiliar Dr. Divaldo Martins, eu quero me somar à Deputada Erika. Eu quero que os senhores acreditem que não é discurso com viés político, muito menos eleitoral. O que nós vimos em Coari ontem é algo completamente anômalo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É verdade. É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - A Deputada Erika coloca com muita propriedade: o Estado de Direito não está existindo no Município de Coari. E, para evitar uma tragédia, porque a qualquer momento pode acontecer uma tragédia, mortes, vamos conversar, sim, com a Desembargadora Socorro, mas nós queremos também que os senhores se sensibilizem o mais rápido possível. Eu tenho uma experiência de vida, Desembargadores, eu já tenho uma larga experiência, não de vida jurídica, mas de vida política no interior. Eu nunca conheci uma situação que chegasse ao grau de anomalia que está vivendo o Município...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É verdade. É verdade.



O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - ...nem nas décadas de 70 e 80, quando não havia juízes. É uma coisa horrorosa.

Finalizando minha intervenção, pedindo até desculpas, um esclarecimento aqui: alguns processos cíveis continuam, sim, na primeira instância, contra o Adail, ou contra a administração, porque não vão para o foro de prerrogativa de segunda instância. Então, haverá ainda processos do Adail Pinheiro na primeira instância, processos cíveis, e isso é natural, porque a lei assim determina.

Quero apelar, Sr. Presidente e Srs. Desembargadores, no sentido de que estudem — nós fizemos este pedido por escrito — a criação de uma vara especializada em crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Lógico. Dr. Divaldo, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Eu acho que é o momento de a Justiça estadual dar esse grande passo à frente.

Meu respeito a todos os senhores e meu agradecimento às duas Deputadas.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputado, quando eu falei, o senhor sabe que eu jamais também faria alguma acusação, porque eu conheço o senhor, e o senhor sabe também do respeito que eu mantenho a todos os Deputados da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Obrigado.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E sei que a recíproca é verdadeira. Eu sei que, em nenhuma dúvida, com tudo o que se passa, mas vocês sabem da idoneidade moral dos membros desta Corte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Presidente, eu só resgatei aqui a nota taquigráfica acerca dos assessores. Quem sugeriu, em verdade, foi o Desembargador Rafael Romano. A gente estava discutindo, aí o Desembargador fala: *“Se vocês quiserem colocar alguma pessoa, indicar alguém para acompanhar, seria até melhor”*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, graças a Deus, foi esclarecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Alguém da própria Comissão. E aí: *“Nós poderíamos fazer isso?”* *“Não tem problema nenhum, será bem-vindo.”* Aí, o senhor fala mais adiante, o senhor aceita. Está certo?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Correto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí o senhor diz aqui: *“Deputada, eu queria o seguinte: para o primeiro ponto (ininteligível)”*. Aí o senhor aceita.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Como aceitei, realmente, para encaminhar. Está aqui. Eu vou mostrar os recibos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor aceita a sugestão.

Olha aqui, o Desembargador Romano fala: *“Não tem problema nenhum. Se a Comissão indicar alguém, será melhor para os nossos trabalhos. Agora, não posso falar em impunidade ou pena para ninguém porque eu não posso antecipar julgamento. Eu não posso antecipar julgamento, mas os que são acusados vão ser ouvidos como acusados”*. Enfim...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, só para lhe mostrar uma coisa aqui, olhe. Então, está bem esclarecido, não partiu nem da senhora nem de mim. Agora, olhe, na mesma hora, Deputada, veja aqui, por gentileza, aquela sua solicitação eu encaminhei não apenas aos magistrados que eram os relatores, mas a todos. Olhe: tudo recebido, no gabinete, aquele meu ofício pedindo que dessem uma atenção especial. Tudo direitinho. Não me limitei apenas aos três, mandei a todos. Vocês sabem disso aqui, todos. Então, está bem esclarecida essa parte. Vou passar isso à senhora. No tocante, quando a senhora falou aqui, existem outros processos, por causa do foro privilegiado. Realmente nós temos aqui... Eu tenho aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes disso, Sr. Presidente. Quando é que o senhor nos dá uma resposta acerca desse caso do Raphael Souza?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ouça o que eu vou dizer aqui. Eu vou mandar preparar o ofício, hoje ainda, ao Juiz da Vara de Execuções Criminais.

O SR. DIVALDO MARTINS - É verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu sei. Nós estamos nos reportando ao senhor, e o senhor vai ter que se reportar a nós.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Claro, mas a senhora sabe que tudo eu tenho feito no ano-luz com a senhora. A senhora manda, respondo. Da mesma forma, eu asseguro aqui. Tão logo o juiz, e fixe um prazo para ele, para que ele, em 48 horas, preste as informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Fica muito melhor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 48 horas, o senhor vai exigir que ele responda — não é? —, o juiz (*ininteligível*).

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora. A partir do momento que ele responder, eu comunico de imediato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí o senhor nos encaminha.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Dr. Divaldo, como sempre, aquele...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - O senhor encaminha para mim também uma cópia...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Quero uma cópia ao Corregedor.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - ...(*ininteligível*) desvio de conduta por parte de algum magistrado. Lá, a gente toma providências, na Corregedoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É comum isto aqui?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Não. Pelo menos, eu não tenho reclamação. Não existe reclamação na Corregedoria a respeito desse assunto. É novidade realmente esse tipo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, mas pode progredir do jeito que for. Ele é semiaberto, ele não tem o direito de estar 9h30min no...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não. Está aí a prova do mensalão. Estão todos presos, na chave. Deputada, a senhora falou que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inclusive em regime fechado, quando deveriam estar em semiaberto.

(Não identificado) - É, a Vara de Execuções...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A senhora falou do foro privilegiado. Eu mandei puxar um espelho também. Hoje, aqui em cima, há 19 tramitando. Eu vou pedir permissão, 2 minutos para ir ao banheiro urinar, só para vocês saberem aqui quais são os processos, aqui no segundo grau. Coloco também à disposição de vocês (*ininteligível*).

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Eu queria perguntar se a minha presença aqui... Senão, quem vai atrasar sou eu, lá no meu gabinete.

O SR. DIVALDO MARTINS - Deputada, sobre a (*ininteligível*), ele é o Relator. (*Ininteligível.*) Perdão, Estocolmo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Da Estocolmo, nós vamos ouvir as pessoas (*ininteligível*). Eu tenho aqui essa decisão (*ininteligível*). Como é que fica, vai expedir o pedido de prisão? Como é que vai ser? Vai responder em processo?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Não há pedido.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - (*Ininteligível*) de prisão. (*Ininteligível.*)

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Já dei o despacho para eles apresentarem a defesa, porque não há um pedido. Veio para mim agora. (*Ininteligível.*)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a questão do Deputado? (*Ininteligível*) prestar serviço no Tribunal?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Presta serviço à empresa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A empresa dele está no nome do filho dele agora, e continua prestando serviço?

O SR. DIVALDO MARTINS - Eu posso responder à senhora que esse contrato é um contrato celebrado com uma empresa de que, segundo fui informado, o filho dele é sócio. Mas é um contrato que foi celebrado anteriormente à atual administração. Então, nós temos (*ininteligível*).

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Já faz muitos anos.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas se ele está sendo investigado pelo Tribunal, não fica uma coisa meio...

O SR. DIVALDO MARTINS - Eu sei. Eu entendi, Deputada, mas ele não figura...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O sentido de moralidade é figurativo. O que é imoral para mim não é para o senhor, não é?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - É, mas tem o contrato civil com uma empresa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não pode ser uma quebra de contrato? O que é isso?

(Não identificado) - Eu, sinceramente, não sei nem lhe dizer se a empresa é dele realmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A empresa é do filho dele?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele passou para o filho.

(Não identificado) - Pode ser, eu não sei, porque eu acho que Deputado não pode ter empresa, não é? Eu não sei, eu acho que não pode, paralelamente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - Este aqui é daqueles processos que eles entraram que há exceção de impedimento, o que estava com a Desembargadora Socorro, ela já mandou para o Desembargador Rafael Romano, e o que estava com a Desembargadora Graça também já foi redistribuído para o Desembargador Rafael Romano.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse é o da...

A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - É o da defesa do Adail.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu queria dar aos Deputados aqui presentes a informação que eu tenho. A Desembargadora Socorro mandou redistribuir o processo diretamente ao Desembargador Rafael Romano. Ela achou...

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Eu não falei porque tinha *(ininteligível)*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olha aqui... Mas esse já é o da...



A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - Este aqui é o da exceção, tá?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, da exceção. Mas eu quero saber...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso aqui é a exceção.

A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - É, que ela já está mandando.

O SR. DIVALDO MARTINS - De intervenção.

A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - De intervenção?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isto aqui é o de exceção, de exceção de suspeição.

O SR. DIVALDO MARTINS - Pedido de intervenção. Ela já está mandando...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Porque ele também... os advogados entraram com exceção de suspeição, tentando afastar o Desembargador Rafael. E o senhor não aceitou, não?

O SR. RAFAEL DE ARAÚJO ROMANO - Não.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos colher os depoimentos hoje.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Depoimento de quem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos colher os depoimentos hoje dos envolvidos na operação...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora. Estocolmo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... Estocolmo.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Bem, eu peço licença também. Eu acho que não há necessidade da minha presença. Estou sendo cobrado lá na Corregedoria. Eu peço licença para me retirar.

O SR. LUIZ CASTRO - Desembargador Simões, sabendo que a Presidenta tem uma enorme atribuição, inclusive porque tem várias situações, quanto antes o senhor puder verificar esta questão da execução da pena do Sr. Rafael, até para



ajudar a Presidenta e nos ajudar, porque é a segunda denúncia que nós recebemos...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - À Corregedoria não chegou denúncia nenhuma.

O SR. LUIZ CASTRO - Mas agora...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA -... Dr. Luiz Carlos, eu quero assinar aqui na frente dela.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Fomos informados de ofício porque, como não chegou (*ininteligível*), eu já vou mandar.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Saia rapidamente e faça isso. E quero dizer mesmo que foi uma denúncia da Sra. Deputada que tomou conhecimento. Não é isso, Deputada? Podemos referir o nome de V.Exa.?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode. É claro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixe-me lhe dizer, quando eu falava que tinha inúmeros processos na frente, naquela questão, ainda, da distribuição, eu exigi que ele me trouxesse, Deputada, quais eram os processos. Estão aqui, olhe. Esses aqui eram os processos que estavam na frente daqueles também para digitalização. Eu posso, depois, dar para a senhora, só para subsídio, as coisas importantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Este aqui é um fato. Ele até saiu daqui, o Desembargador Rafael, a senhora falou na Operação Estocolmo, que é da competência dele e tudo, mas vocês vão ouvir, vão ter toda a liberdade. Eu não participo desse julgamento, porque no dia em que o processo foi levado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Fale ao microfone, para ficar mais claro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ...eu presidi, eu estava na Presidência do Tribunal no dia em que esse processo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Terça-feira agora. Terça é o quê?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Foi terça? Foi quarta-feira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DIVALDO MARTINS - Hoje é 21, quinta é 20.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi antes de ontem.

O SR. DIVALDO MARTINS - Foi dia 19.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DIVALDO MARTINS - Qual é o logradouro?

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Ponta Negra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Ao lado do *(ininteligível.)*

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Escreva isso aí: "Peço o prazo de 48 horas".

(Não identificado) - Então, foi também que outras visitas estão sendo...

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Eu me referi agora, dia 19, na Ponta Negra, às 21h30min.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É dia 19 ou dia 20, não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dia 19? Quarta-feira.

Vocês chegaram aqui quando? Terça-feira? Quarta-feira, à tarde? Porque nós chegamos quinta-feira, de madrugada, 1 hora da manhã.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Paulo, chama a Rosinha aqui, Paulo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Amanhã, acordar às 3 horas?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Já eram anteriores, não é? A respeito da Operação Estocolmo... Rosa, tenta saber qual é a folha daquela procuração em que eu fiquei impedido. Você se lembra?

A SRA. ROSALINA COSTA SILVA DE ARAÚJO - Sim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Se tiver procuração, traga para mim. *"Intervenção. Despacho. Requisitos e informações do Sr. Prefeito."* Ela não deu



a medida liminar. Não sei se foi pedida, também. Já solicitou as informações agora, e passo à senhora o espelho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A Desembargadora Socorro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela solicitou informações de quem?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Do Prefeito. É o pedido de intervenção. Antes de ela decidir, ela está dizendo aí: "*Peço informações ao Sr. Prefeito*". Não é isso? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dez dias. (*Pausa.*) Ela despachou isso no dia 21. É hoje, não é? Hoje, 21.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Hoje, dia 21. Chegou ontem, e hoje ela despachou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois então, mas aí 10 dias?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A lei prevê esse prazo. Agora, foi ela que mandou, como a senhora está vendo, nós estamos aqui... O juiz, ao receber a petição, pode conceder a medida liminar pleiteada, ou se acautela, solicitando as informações, para fundamentar melhor a sua decisão. (*Pausa.*) Deputada, eu queria só...

O SR. DEPUTADO LUIZ CASTRO - Presidente, só um adendo: o pedido do MP veio pontuando apenas uma situação, que é grave, mas há outras situações. Por isso, o *amicus curiae*, que essa Deputada solicita e que, de certa forma, nós Estaduais também vamos solicitar, vai ajudar a mostrar para a Desembargadora que não é apenas esse item específico, há várias outras razões para que haja essa intervenção.

Obrigado, Desembargador.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Correto. Deputada, quando se falou na Operação Estocolmo, de que V.Exa. vai tomar o depoimento, eu não participo de julgamento e quero dizer por quê. No dia em que ele foi pautado para o recebimento da denúncia, eu presidia o Tribunal, como sou o Presidente. (*Pausa.*) Então, no dia em que foi pautado para o Tribunal decidir se seria recebida ou não a denúncia, no dia anterior, o Presidente..., o Relator disponibiliza pelo sistema o voto



dele, e todos nós julgadores temos que ter o cuidado de analisar todos os nomes e todas as partes — analisar quem são as partes, para saber se tem algum impedimento, alguma coisa. E eu estudei criteriosamente esse processo, processo de mais de 3 mil ou 4 mil folhas. Nas folhas mil trezentos e pouco... Há 1 ano, uma sobrinha tinha recebido uma procuração de um denunciado com o nome de Aldamor — eu acho que é ele. Então, eu fui obrigado, por imposição da lei, a declarar o meu impedimento, e passei a presidência a outro colega.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, o senhor se...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Declarei-me impedido; eu não sou suspeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por que o senhor tem relação com o Aldamor?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, senhora. Nem o conheço. Uma sobrinha minha, filha de um irmão, advogou para ele — que nem advoga mais. Mas, por causa disso, eu declarei meu impedimento. Não conheço ninguém desse processo que possa me tornar impedido. Agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele se colocou, se considerou impedido porque o Aldamor, que é um dos réus do processo do Estocolmo, uma sobrinha dele advogou para ele, não foi isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É, tinha procuração nos autos. Tinha procuração nos autos. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí, ele...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, só para a senhora ter uma ideia, aqui, a denúncia do Ministério Público foi oferecida no dia 13 de março de 2013, ele ofereceu contra todos os que estão aqui a denúncia, e o Tribunal, no dia 29 de janeiro de 2014, recebeu a denúncia num acórdão do Desembargador Rafael Romano, que ele é o Relator. Essas peças, Deputada, também dizem respeito a um processo sigiloso. Eu vou pedir que o senhor vá ao gabinete do Desembargador Rafael Romano, pela relevância da matéria, porque aqui está envolvendo uma CPI. Peça a ele autorização se eu posso passar isso para as mãos dos membros da CPI, e vai ser usado somente por eles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou dar... Eu queria, Deputada, não sei se nós já estamos nas palavras finais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me só lhe explicar...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...a questão da diferença dos ofícios. Eu resgatei aqui. O primeiro ofício o senhor manda para o Sr. Jorge Manoel Lopes Lins, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí o senhor diz... Aí o senhor fala dos nomes e tal, e o senhor coloca: *“Agradeceria, pois, as providências necessárias de V.Exa., de forma que os referidos causídicos possam exercer plenamente o múnus que lhes foi outorgado pela Comissão da Pedofilia da Câmara dos Deputados”*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Corretíssimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor fala isso. No segundo ofício, que é para o Sr. João Mauro Bessa, Desembargador, o senhor fala: *“Destarte, reiterando a solicitação feita àquele Relator...”* O senhor fala que já solicitou ao outro Relator...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É, para ele; também isso fica nos autos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *“(...) encareço, de igual modo, a V.Exa. a adoção das providências processuais que se fizerem necessárias, a fim de que os referidos advogados possam exercer plenamente o múnus que lhes foi outorgado pela Comissão da Pedofilia da Câmara dos Deputados”*. Exatamente igual ao outro. Mas aí o senhor diz: *“(...) visto que a habilitação dos mesmos, nos processos em questão, constitui ato judicial de exclusiva competência do Relator”*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Corretíssimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, isso não estava dado. No primeiro, o senhor diz *“para viabilizar”*; no segundo, o senhor diz: *“Viabilize, mas é o senhor que decide”*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, eu não mandei viabilizar, eu mandei decidir. Agora, por quê? Já no segundo o Dr. Divaldo esclareceu:



“Desembargador, o senhor tem que ver aqui a questão do sigilo de Justiça, que ele terá que ouvir o Ministério Público” — como ouviu. Então, eu não podia impor. Tudo temos aqui, também, que eu vou passar à senhora. Deputada Liliam, preocupam-nos muito, de vez em quando, as matérias. Como eu posso dizer a V.Exa.? Nós somos vítimas, nós todos, vocês os políticos, nós os magistrados, dos *blogs* que foram transformados em tribunais de condenação. Eu, com muita tristeza, recebo, de vez em quando, *release*, alguma coisa que é puxada do..., declarações a respeito de pedofilia. E eu viajo, muitas das vezes, em serviço institucional em Brasília, no Conselho Nacional de Justiça, ou alguma solenidade, e é muito chocante quando o colega encosta perto... O que é que está... (*Pausa.*) Olhe, a procuração foi do dia 22 de novembro de 2012. Débora... tudo está ali. Não, quem passou, só para corrigir, quem passou chama-se José Roberto Affonso. Ele é que é o denunciado, não é? José Roberto Affonso, só corrigindo. Está aqui a procuração. Bom...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é essa procuração?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Aquela que me tornou impedido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá. Mas esse José Roberto Affonso é quem?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É um denunciado também naquela Operação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, um denunciado. Ah, tá.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Porque eu tinha dito o nome Aldamor, mas não há nada... Eu não...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor disse Aldamor.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aldamor é o que faz turismo sexual...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não conheço, eu não conheço ninguém. Mas eu sabia que era alguém, como agora estou confirmando... (*Pausa.*) Eu já tenho, já passei, já passei. Ela pediu informações. Então, de vez em quando, nós somos procurados. Uns colegas me falaram, Deputada, e até tenho aqui...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes, o senhor me perdoe, mas, só para um esclarecimento, que eu sou leiga no assunto: este prazo de 10 dias ela é obrigada a dar, ou não?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É para o convencimento dela, porque a lei permite. O juiz poderá tomar as providências ou, no prazo de 10 dias, ouvir a parte adversa. Foi o que ela fez. É um poder de cautela dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá. Mas ela não é obrigada a fazer isso.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não. Não, não. É aquilo que eu digo: é cautela do magistrado, ele pode dar, ou não. É como um *habeas corpus*...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é comum que isso aconteça?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Na sistemática, na liturgia, sim.

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...é para tentar ouvir a outra parte. Mas é legal *(inaudível)*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe aqui o que escreve o colega Romano: “*A pedido da Presidente Erika, da CPI, autorizo cópia de interesse da... guardado o sigilo*”. Então, passo a vocês, que é uma coisa de muita importância para o trabalho que vocês vão fazer. Mas, sim, Deputada, então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É a cópia da Operação Estocolmo. Não é do inquérito; é do processo, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, são coisas importantes, algumas coisas: eu recebendo a denúncia... Mas, Deputada Liliam, só para dizer à senhora, então, muitos dos *blogs* plantaram, assim, notícia tão cruel contra mim — eu não mereço isso —, dizendo que eu estaria fazendo teatro perante V.Exa. e dizendo que foi uma afirmação sua, que o nosso Tribunal está fazendo corpo mole, que o processo sumiu. Nunca sumiu processo, como a senhora viu, estava no setor de digitalização. E ontem eu peguei carona com um amigo, ex-assessor na Associação de Magistrados, evangélico, e, a gente conversando sobre *(ininteligível)*, ele disse: “*Olhe, a Deputada Liliam é uma pessoa de um brilhantismo, de uma inteligência, é do Rio de Janeiro, e amicíssima de um amigo seu, do Desembargador*



Calandra” — que sempre lhe fez rasgados elogios. Por causa disso, eu tomo a liberdade de pedir à senhora, encarecidamente, sei que isso aqui pode ter sido matéria plantada, que desconsidere. Eu não sou, não tenho nenhuma simpatia por teatro, embora saiba que nós estamos no maior teatro do mundo, que é o nosso Teatro Amazonas, mas jamais eu aceitaria isso, porque eu sei que não é verdade. O que nós temos aqui é a verdade. A senhora vê que vocês não estão me pedindo nada de cópia de Estocolmo; eu já estou me antecipando, me dispondo a dar, porque eu quero prestigiar, porque eu sei, e volto a dizer, que a CPI é importantíssima. Nós somos seres humanos, nós conhecemos o que está acontecendo no Município de Coari. A imprensa divulga. Aquilo que a gente sabe como amazonense...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Excelência...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É preciso dar uma resposta, realmente, e essa resposta será dada pelo Tribunal no Amazonas, tenham vocês certeza absoluta.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Excelência, realmente, o processo não estava aqui, estava em Roraima, era o desdobramento da Operação Vorax, foi esclarecido agora. Quando nós estivemos aqui, nós pedimos o processo de pedofilia, não tinha o 217-A, ninguém sabia. O senhor chamou aquela moça, a Secretária da Distribuição.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Aquele a quem chamei, Deputada, era o que estava no setor de digitalização.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela falou que estava sendo digitalizado. A gente pediu a cópia, pediu o espelho, não tinha, mas chegou o 244-A. E agora nós sabemos que realmente o processo tinha sumido. O processo foi para Roraima.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, mas não é esse caso, Deputada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A gente esclareceu aqui que é o desdobramento da Vorax, que tem o 244-A, que tem todos os processos de pedofilia contra o Adail.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, não, não. O que a Deputada Erika referiu e que eu pedi...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi isso aí. Nós, no dia, se a gente pegar as notas taquigráficas, eu perguntei ao senhor: “*Cadê o desdobramento?*” E aí não estava aqui. Chegou agora dia 18, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas esse processo...

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Estes foram os seis processos que foram mencionados naquela audiência. Aqui estão os processos que foram mencionados.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eram quatro, não?

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Eram seis.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse daí, Deputada, apareceu como fantasma. Ninguém aqui sabia, nem eu. Eu só fiz trazer a vocês para ver como, muitas das vezes, vai um processo para um lado, quando tinha que caminhar para cá. Olhe só, a outra transparência que eu quero mostrar aos senhores. Essas certidões estão sendo solicitadas pelo Corregedor Nacional de Justiça...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que são essas certidões, quais são essas aí?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ele quer saber a respeito de dois processos que estão tramitando aqui, do Adail.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles estão na Justiça Plena os processos, não estão? Os dois processos? Quantos processos estão na Justiça Plena? Dois? Só dois?

Então, a gente podia solicitar — hem, Francisco? — ao CNJ para incluir... O senhor me deu uma cópia dos seis processos que estão aqui, porque a gente vai solicitar que os demais também sejam encaminhados à Justiça Plena.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Estes aqui são os seis que estão aqui, Paulo? Que eu quero passar à Deputada.

O SR. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA - Esses processos foram aqueles que foram divulgados, inclusive, para a imprensa.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois é, mas são esses referentes à... Ah! Está aqui!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na época em que nós viemos aqui havia quatro 4. Agora, já são seis.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe, vou passar às suas mãos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São os processos que estão aqui.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, essas certidões foram solicitadas pelo Ministro-Corregedor. Não foram vocês que me solicitaram. Mas eu quero colaborar com a CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Claro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu quero, cada vez mais, trazer subsídios para o trabalho brilhante que vocês estão realizando. Eu sei que é um trabalho cansativo, em que há exposição da vida de vocês, pela maldade que existe. Mas vou lhes passar também duas certidões originais, que contam a respeito de dois processos. Ele quer saber de todos os passos: quem prendeu, quem liberou, quem fez isso, quem fez aquilo. Está aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Excelência, quando eu falei de teatro, essa palavra não saiu dos meu lábios porque... Para fazer teatro, a gente tem que ter os atores e outras coisas mais. Isso aí foi colocado pela imprensa. A única coisa que falei foi que realmente o processo tinha sumido. E eu questionei isso aqui: "*Cadê o processo? O processo sumiu*". Eu falei isso, e está nas notas taquigráficas aqui, que V.Exa. pode depois conferir.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, claro, mas tenha a certeza de que ele estava apenas no Setor de Digitalização, como está provado. E está aqui a certidão...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, o senhor me perdoe.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, não quero nem lhe perdoar. A senhora é uma brilhantíssima Deputada. Já tinha simpatia pela senhora, muito mais sabendo que o Calandra, que foi um dos melhores Presidentes da AMB,



de onde saiu agora, é um grande simpatizante da senhora. A senhora sabe quem é o Nelson Calandra?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tenho ajudado no que eu posso.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pediu até que depois eu ligasse para ele, que retornou ao Tribunal, depois também de uma saúde debilitada. Mas, a todos os senhores aqui presentes, dos que estão aqui ao meu lado, eu só tenho conhecimento direto da Lucimar, porque presidiu o sindicato. Ela acompanha o nosso trabalho, mesmo estando longe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela já fez greve aqui, não?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu acho que ela fez, mas não foi na minha época, não. Mas ela tem uma grande simpatia minha, porque também ela é muito lutadora, ela é persistente. E ela me conhece de perto, poderá falar quem eu sou para vocês. Não tenho nenhuma dúvida disso. A todos os senhores, eu fico à disposição, seja por telefone... Tive o cuidado ontem de pedir ao Desembargador Rafael que não faltasse àquela reunião, à qual ele esteve presente. Hoje, desde 8 horas estou aqui. Esta certidão é a que diz haver 146 processos à frente do Adail, quando nós demos a prioridade. Quero para a senhora também. A senhora já tem a cópia de tudo isso, mas eu posso lhe entregar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A sua assessora ficou de me passar quais são os processos que estão incluídos no Programa Justiça Plena. O senhor me passou os processos que estão aqui, que são seis, não é? E aí eu gostaria de saber apenas quais são os que estão no Programa Justiça Plena.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Rosa, todos os que estão na Justiça Plena eu quero saber. Outra coisa, esta pasta eu posso dar, eu tenho cópia disso? Posso entregar?

A SRA. ROSALINA COSTA DA SILVA DE ARAÚJO - Tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente precisa saber quais são.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe aqui, Deputada, tudo que nós falamos a respeito daqueles expedientes, está aí. Outra coisa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esses aqui são o quê?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse é meu. Deixe-me só dar uma última coisa... A senhora tem a cópia da decisão do Ministro Luís Barroso, a respeito da cassação da liminar do *habeas corpus*?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, mas ele não concedeu, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, ele cassou a decisão do Ministro Gilmar Mendes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah! Ele cassou, pois é. Ele não concedeu a liberdade, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E aí o Desembargador Rafael já tinha dado uma prisão e deu a segunda por esse processo. Então, ele está preso duas vezes pela Justiça do Estado do Amazonas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito bom! Quer dizer, não desejo prisão para ninguém, mas...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, olhe, eu vou lhe dizer uma coisa, Desembargador: se não tiver intervenção lá, não adianta, não!

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu concordo com a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um processo generalizado ali.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Paulo, estes são os processos?

O SR. PAULO MÁRCIO CASTRO - Esses são os 146 processos que estão à frente do...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olhe, não apenas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, quanto a isso aí, ele já deu uma certidão, dizendo dos processos, não foi?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas, se a senhora quiser, os nomes estão aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não precisamos, não. V.Exa. quer, Relatora, os processos que estavam na frente do Adail, para a gente ver quais eram e tal, tal?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É melhor.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pronto.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos estão bem para vocês. Já passei para ela, as certidões já passei. Eu vou dar a elas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É de pedofilia isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Dê-me só para digitalizar e mandar ao Ministro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse aqui?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - As certidões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse aqui não é preciso, não. São os processos que estavam na fila antes dos processos do Adail.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ou seja, numa prova inequívoca de que ninguém estava querendo privilegiar o Adail, porque o processo dele estava aqui. Mas aí o Desembargador determinou que passasse na frente de todos eles, porque o setor era novo, estava sendo criado. Deputada Liliam, a senhora poderia me dar as duas certidões só para digitalizar, por favor, essas que eu dei e que vou encaminhar ao Ministro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estão aqui com o secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse aqui, não? Esse aqui?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, essa aqui. Olhe o que diz aqui o nosso ofício: "*Dr. Luís Carlos Honório de Valois Coelho, Titular da Vara de Execuções Criminais de Manaus. Sr. Juiz, cumprimento cordialmente e, ao ensejo, atendendo requerimento formulado a esta Presidência pela Deputada Federal Erika Kokay, digníssima Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias de turismo sexual e a exploração de crianças e adolescentes, da Câmara dos Deputados, solicita a V.Exa. informações pormenorizadas, no prazo de 48 horas, sobre em qué condições da execução penal o apenado Rafael Souza se encontrava no dia 19 do corrente mês, (ininteligível), no Complexo da Praia da Ponta Negra, nesta Capital, exatamente numa cantina de venda de açaí aos usuários daquele logradouro público. Ari Jorge Moutinho da Costa.*" Assino neste momento. Mande ao Desembargador também, como Corregedor, para ele apurar se houve participação do Juiz nesse problema.

(Manifestações fora do microfone. Ininteligíveis.)



O SR. DIVALDO MARTINS - Só recapitulando. Nós tínhamos, da outra vez que vocês estiveram aqui — desculpe-me o tratamento informal a V.Exas. —, quatro processos tombados no 2º Grau, processos por crimes sexuais contra vulneráveis, repito, quatro. Surgiu o quinto, que foi esse da recente denúncia do Dr. Francisco Cruz, Procurador de Justiça. O Desembargador Djalma decretou a preventiva do principal acusado. Tivemos conhecimento de que fizeram a correção de rumo, chegou esse último agora, que vai ser o sexto. Mas o Conselho Nacional de Justiça só nos comunicou — não quer dizer que ele não tenha decidido por mais processos —, até hoje, a inclusão de dois processos. Sobre esses dois, ele pediu certidões pormenorizadas, narrativas das fases de cada um dos processos até a fase atual e a informação da perspectiva de quando se daria o julgamento. Relativamente a esses dois, nós obtivemos a certidão narrativa da Secretaria do Pleno. São essas certidões que estavam aqui, no original. Já tinha até dado ao Secretário, peço desculpas. Na verdade, elas vão ser encaminhadas ao Ministro Corregedor Nacional e vamos dar à Comissão cópias. Por enquanto, só recebemos comunicação de dois processos incluídos no Programa Justiça Plena, que são os de nº 1.704, que todo mundo sabe do número bem, e nº 1.707; um aos cuidados da Relatoria, do Desembargador Rafael Romano, e outro da Relatoria do Desembargador João Mauro Bessa. São estes dois aqui: 1.707 e 1.704.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente vai solicitar que os demais sejam incluídos também, viu, Francisco?

O SR. DIVALDO MARTINS - Talvez já tenha havido essa providência. Apenas não recebemos comunicação nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, sim, sim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Foram digitalizadas já?

O SR. DIVALDO MARTINS - Esses daqui ainda vamos emitir agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sr. Presidente, gostaria de passar a palavra ao Deputado José Ricardo, que tem nos acompanhado também nestas diligências, nestas...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - Sra. Presidenta, bom dia! Também ao Dr. Divaldo. Queria, primeiro, assim como o Deputado Luiz Castro, enfatizar a nossa



posição em relação a essa questão do combate à pedofilia, a nossa disposição, como Parlamentares, inclusive, de investigar, através de uma CPI própria lá na Assembleia, onde 23 Deputados assinaram o apoio à implantação de uma CPI para investigar a pedofilia no Estado do Amazonas, situações como esta de Coari e outras, e poder dar espaço para que as denúncias sejam feitas, e que a gente enfrente realmente esse crime contra as crianças. Mas eu queria aproveitar porque V.Exa. divulgou, recentemente, o levantamento sobre os processos que envolvem o Prefeito. E eu utilizo muito essa informação. V.Exa. falou que tinha 56 processos na Justiça do Estado em relação a ele, sendo que quatro estariam aqui, a nível de Tribunal, e os demais provavelmente na Comarca, estariam em tramitação. Agora, estamos vendo aí que tem mais dois aqui.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Quatro sobre pedofilia, não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - Exatamente, 56, a maioria com certeza sobre outras...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Agora, já soma mais um, com esse que veio de Boa Vista, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não sei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - É, outras matérias, outros assuntos também. Então, em relação a esse ponto, V.Exa. agora falou que tem uma força-tarefa. Acho que ainda está em andamento o trabalho dessa força-tarefa, em Coari, vendo todos esses processos, todos eles.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos. É o Dr. Fábio Alfaia, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - A ideia era saber exatamente se tem uma previsão de conclusão desse trabalho, porque em dois casos, de 56, duas situações foram arquivadas por causa de prescrição. Então, provavelmente pode até existir outros casos também. Então, a minha pergunta, primeiro, seria nesse sentido, que a força-tarefa está fazendo esse trabalho, se há alguma previsão de conclusão. Imagino que a maioria seja realmente, em outras matérias e não nessas, objeto da CPI. Então, é mais para saber o final desse assunto.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A preocupação, Deputado, é exatamente sobre a criação dessa força-tarefa, para evitar que possam ocorrer novas prescrições. Eu já estou me antecipando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela já está em curso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Já, sim, senhora. Já está em curso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já estão lá, em Coari?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Já estão lá.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É o Dr. Fábio Alfaia. Desloquei um Juiz, que eu considero um excelente magistrado, inclusive de uma outra área. Ele é do Rio Negro, da região do Rio Negro, que não tem nenhum conhecimento com ninguém. Para poder chegar lá, eu pedi que ele usasse dos melhores esforços para dar celeridade. Se o senhor me perguntar quando acaba essa força-tarefa, eu confesso ao senhor que eu não sei, porque eu não sei o volume da intensidade, o que tem lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o nome dele, Desembargador?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O Juiz que eu designei chama-se Dr. Fábio Alfaia. Pegue o nome dele todo, do Juiz, por favor! A portaria... E chame o Secretário, que é aquela portaria que eu assinei. Rosinha! A portaria do Dr. Fábio Alfaia, que foi assinada por mim, para Coari. Eu quero uma cópia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - Só concluindo essa questão...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não, meu amigo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - É possível que nesse levantamento surjam até processos referentes à agressão a crianças, à abuso de crianças. Provavelmente, possam até surgir nesse rol um outro processo que talvez deveria estar nesta instância aqui para apreciação ou não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu acho que sim, mexendo lá...

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - Vai-se verificar...Ou essa informação quanto...Isso já tem, não é? Ou seja, a natureza de cada processo? Isso já tem. O.k. Bom, eu quero, então, concluir, porque era mais essa dúvida. Quero dizer ao



Desembargador Presidente que nós também acreditamos na instituição. Nós falamos muito isso, porque queremos fortalecer as instituições. E aí desde a Prefeitura, que tem um papel — prevenção, ações específicas —, até todos os Poderes. E nós falamos muito sobre a história da morosidade e o que fazer para superar. E V.Exa. hoje mesmo já colocou que um dos problemas é a falta de juízes, a quantidade de Comarcas que não têm juízes e que, portanto, há uma necessidade prioritária de ter mais juízes, concurso público, como V.Exa. falou. E, com isso, logicamente...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E de forma orgulhosa, Deputado, eu digo que 10 anos foram empurrados com a barriga. A senhora imagine um Tribunal, que cresce assustadoramente com a criação de novas Varas, ficar sem concurso por 10 anos! Um concurso que demora 1 ano para ser realizado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - E mais juízes exatamente para poder ajudar a combater a pedofilia e essas agressões todas. E, para terminar mesmo, lembro que, na Assembleia, nós estamos tentando implantar a CPI. E dali começa também o que já está acontecendo com o Deputado Luiz Castro, a tentativa de denegrir imagens. Realmente, às vezes, sai alguma coisa e, às vezes, não é bem isso que foi dito, logicamente.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Infelizmente, sofre-se muito por isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO - Eu quero até parabenizar V.Exa., porque está dando agilidade em todas essas questões aqui. Ontem, a convite das Deputadas, eu estive lá acompanhando depoimentos. Foi permitido ouvir. Não fiz nenhum registro para nenhuma outra finalidade, mas dali saí com a certeza de que realmente tem que haver punição. Algo tem que ser feito. Ali é um exemplo. E ontem à noite, na Assembleia, inúmeras pessoas, autoridades falavam de outras situações em Manaus e em outros lugares, em outros Municípios, e que algo tem que ser feito mesmo. Então, aqui é o momento, é uma resposta: algo será feito aí. Então, da nossa parte, todo o apoio aos encaminhamentos do Poder Judiciário. E agradeço a oportunidade de estar aqui debatendo este assunto. Obrigado!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só me esclareça uma coisa: nesse mutirão, são todos os processos de Coari? Com todos os réus, tal, tal, tal?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos da Comarca de Coari.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra à Miriam, que é a Presidenta do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.

A SRA. MIRIAM MARIA DOS SANTOS - Bom dia a todos! Bom dia, Presidente!. Nesses dias em que estamos fazendo essa fiscalização aqui em Coari, participando de todos os debates em Manaus, veio-me à mente uma frase, algo bíblico: “*A quem mais foi dado mais será cobrado*”. E nós estamos aqui falando de um Prefeito, que a ele foi dada a administração de um Município, a administração da qualidade de vida de pessoas. Em vez de trabalhar em benefício dessas pessoas, ele abusou e violou o direito daqueles que deveriam ser o futuro, não só de Coari, mas o futuro também do Amazonas e deste País. Ele retirou dessas crianças e desses adolescentes a possibilidade de uma vida 100% qualitativa. E nós estamos aqui agora dentro de uma Casa que tem o poder de julgar, o poder de provar a esta sociedade brasileira que a justiça pode ser feita. A gente que anda por este Brasil inteiro vê várias violações de direitos, não só da criança vítima, mas também há os adolescentes que cometem ato infracional. Se a gente fosse falar de todas as violações de direito que ocorrem neste País... Mas eu acho que está sendo dada a oportunidade ao Sistema de Justiça do Amazonas de provar a este Brasil inteiro que a lei deve ser cumprida e que essas pessoas têm que ser punidas de forma exemplar. Que seja através da intervenção no Município de Coari. E também a gente conta com a condenação não só do Sr. Adail, mas também de todos os envolvidos nessa grave violação, que é uma violação que eu digo que mata a infância e mata a adolescência. Então, eu acho que é a oportunidade de o Sistema de Justiça do Amazonas dizer a todo este País que aqui a lei é cumprida, que aqui a prioridade é para a criança e o adolescente e, por isso, todas essas pessoas envolvidas estão sendo condenadas de forma exemplar. É isso que a gente quer e é isso que, a gente acredita, vai acontecer aqui no Estado do Amazonas, nesse sistema de Justiça. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de saber se alguém que compõe a comitiva gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Então, vou passar para a Lucimar. (*Pausa.*)



A SRA. LUCIMAR DE SOUZA WEIL - Senhores e senhoras, eu gostaria de cumprimentar todos os que estão aqui, em especial o Desembargador Presidente, Ari Moutinho. Para mim, é uma satisfação, na verdade, estar participando deste processo também, uma satisfação do ponto de vista da contribuição, porque, na verdade, todos nós temos a oportunidade de estar contribuindo nesse processo. Mas eu gostaria até de colocar, Desembargador Presidente, que, para mim, é uma honra estar compartilhando aqui também com o senhor neste diálogo, porque, na verdade, eu faço parte, Deputada Erika Kokay, da história deste Judiciário também. Eu militei na minha vida de trabalho, de labuta aqui, em torno de 20 anos mais ou menos. Hoje eu sou aposentada pelo Tribunal de Justiça, é lógico. Por que eu sou aposentada? Eu iniciei meu trabalho aos 14 anos de idade, no setor privado, fui bancária. Foram 14 anos de trabalho no setor privado, e depois fui para o serviço público. Fui concursada por este Tribunal de Justiça, sou assistente social e trabalhei no Juizado da Infância e da Juventude por muitos anos. E tive o prazer... Estava até colocando para a minha colega: *“Ora, vejam só, os dois foram Juízes da Infância e da Juventude, tanto ele quanto o Dr. Rafael Romano”*. Na gestão dele não foi, mas na gestão do Dr. Rafael Romano, realmente, eu dei muita dor de cabeça para ele, na época do Desembargador Rafael Romano. Estivemos, nesses anos todos, contribuindo pela democratização do Judiciário a nível nacional. E, enquanto profissional, enquanto pessoa também comprometida e cidadã, ao me aposentar, eu fiz esse meu compromisso da defesa intransigente dos direitos humanos, e a gente instituiu, com outros profissionais também comprometidos, uma organização não governamental, que foi o Centro de Defesa dos Direitos da Criança, que é o CEDECA Pé na Taba. E justamente, Desembargador, são 10 anos de afastamento — eu me aposentei em 2003. E nós contribuímos, durante este tempo, pela democratização do Judiciário. Lutamos por um plano de cargos e carreira do servidor do Judiciário; nós lutamos inclusive para concursos de juízes, para que todas as comarcas tivessem juiz; nós lutamos pela melhoria das condições de trabalho; e que tivesse servidores não mais contratados nos cartórios dos Municípios, mas que tivesse realmente pessoas concursadas, desde o oficial de Justiça, os escrivães e escreventes. Então, nós tivemos tudo isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



A SRA. LUCIMAR DE SOUZA WEIL - Exatamente. E também lutamos pelos Juizados Especiais. Nós tivemos toda uma história, eu coloco aqui que nós tivemos toda essa contribuição. Gostaria até de colocar aqui, Desembargador, que, como o senhor muito bem colocou, quando assumimos a presidência, na verdade, viramos vidraça. Não é isso o que acontece quando a gente assume esses cargos evidentemente de direção? Mas o senhor, evidentemente, é um exemplo. Eu gostaria até de colocar aqui: ele é um exemplo de uma pessoa realmente comprometida com essa questão. Eu tenho certeza, nós confiamos mais uma vez, eu confio porque fiz parte desta Casa e ainda faço como aposentada. Eu me considero parte dela. E eu confio ainda no Judiciário, eu confio, sim, porque, durante toda essa trajetória, nós entendemos que existe, sim, respostas, basta apenas nós acompanharmos e monitorarmos também, porque isso faz parte. Eu gostaria de colocar aqui que nós, enquanto Comitê Estadual de Enfrentamento, que fazemos parte disso, vamos ficar acompanhando todo esse processo. E queremos agradecer aqui, em nome do Comitê Estadual, à Deputada Erika Kokay, à Deputada Liliam Sá, ao também Deputado Luiz Castro, ao Deputado José Ricardo, que têm contribuído também, à nossa companheira do CONANDA, aos companheiros da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que estão aqui também conosco. E quero dizer que nós estamos aqui no sentido de estar contribuindo para que realmente se faça justiça e os culpados, na verdade, sejam responsabilizados penalmente. É isso que nós queremos. Eu penso que o Judiciário só tem a ganhar, a sociedade amazonense também só tem a ganhar, em especial o Município de Coari, porque aquelas famílias precisam de proteção, precisam de muita proteção. E também dizer que nós queremos, na verdade, continuar defendendo intransigentemente os direitos humanos da criança e do adolescente e que nós precisamos estar unidos e fortalecidos, para que possamos, evidentemente, ter um resultado célere e com responsabilidade. Muito obrigada.

A SRA. KÉSIA MIRIAM SANTOS DE ARAÚJO - Bom dia a todas e a todos! Assim como a Miriam, também sou representante do CONANDA. Por ser um conselho paritário, eu faço parte da bancada governamental, mais precisamente, represento o Ministério da Previdência Social. Quero colocar aqui que esta nossa estada aqui tem sido muito importante no sentido de a gente vir *in loco*. Já tínhamos



sido provocados pela Deputada, que tinha oficiado o CONANDA e esteve conosco em uma assembleia, e temos acompanhado muito de perto essa situação. Quanto a mim, particularmente, é uma temática com que tenho um compromisso profundo. Sei plenamente quais os efeitos que uma violência sexual causa em uma criança e um adolescente por muito tempo. Por formação, eu sou agente social também, e atuei no atendimento direto à vítima de violência. Posso afirmar que uma violação dessa natureza, de fato, causa um efeito muito grande, seja na vida sexual, social, enfim. Então, temos a preocupação e a certeza de que esse fato realmente vai ser levado a cabo e que a Justiça do Amazonas há de trazer, de fato, uma resolução, uma resposta ao que está sendo colocado nesses dias. Então, era isso o que eu tinha a falar. E temos a consciência de que estaremos aqui, acompanhando de perto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O representante da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. JOACY DE DEUS PINHEIRO - Olá! Bom dia, Desembargador! Joacy Pinheiro. Eu vim a pedido da nossa Secretária Angélica Goulart, que é a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando aqui a Secretaria de Direitos Humanos. Vim eu e o companheiro Marcelo Nascimento, que trabalha com o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Ele agora está reunido com os conselheiros tutelares de Manaus. Só quero dizer que eu realmente fiquei muito impressionado, Deputada, com a dinâmica da CPI aqui no Amazonas, desde a visita a Coari, a audiência pública ontem e esta audiência agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A vida é dura, não é?

O SR. JOACY DE DEUS PINHEIRO - Realmente muito produtiva, de uma potência imensa no que diz respeito à articulação e mobilização dos atores estratégicos. Realmente saio daqui muito contente com o que vi. Vou levar o relato para a nossa Secretária e para a Ministra Maria do Rosário. E quero dizer que a Secretaria de Direitos Humanos está à disposição. A gente está executando um projeto, está iniciando aí um processo de fortalecimento da rede de Manaus e de alguns Municípios, inclusive Coari, com um programa de fortalecimento dessas redes, que envolve diagnóstico, elaboração de ações articuladas, capacitação dessa rede. Para a gente, é muito importante que o sistema de Justiça esteja presente nesse processo, porque, historicamente, a gente sempre teve dificuldade de



conseguir fazer com que a Justiça, os juízes e promotores participem desse processo de diálogo com a rede de proteção. Então, se a proposta da Secretaria é justamente produzir um conjunto de ações articulados e conseguir fortalecer a rede, para que ela venha a trabalhar de forma articulada, é fundamental que a Justiça se faça presente, que participe também desse processo de construção. Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de saber se o Renato quer falar alguma coisa. *(Pausa.)* Renato é brasileiro.

O SR. RENATO ALMEIDA SANTO - Sou de Brasília e estou aqui, amando o Amazonas, tem 6 anos. Bom dia, Desembargador! É uma satisfação, mais uma vez, estar convosco. Eu, como Conselheiro Nacional de Direitos Humanos aqui na Região Norte, vejo muito a labuta e a dificuldade que tem o interior no acesso à Justiça. E me coloco à disposição para a gente trabalhar junto, sociedade civil. A quem nós devemos cobrar? A questão de concurso público, a gente pode mobilizar como eu mobilizei na Defensoria Pública. Hoje existem 60 defensores públicos no interior, Deputada, porque nós começamos a manifestar assinaturas, abaixo-assinados no interior. Eram só 30, aumentou para 60. Nós podemos também contribuir nisso com vocês. Mas a quem nós devemos encaminhar essas propostas de ajuda, porque ninguém trabalha sozinho? Então, eu como representante aqui na Região Norte, a gente pode propor isso: juntar a sociedade civil, fazer abaixo-assinado, solicitando o aumento do efetivo do quadro de juízes, solicitando estrutura no interior, porque não existe uma estrutura adequada para o profissional do Judiciário e até mesmo para a Promotoria trabalhar. Então, coloco-me à disposição. Coloco-me também à disposição no caso dessa força-tarefa de Coari — vão aparecer novas vítimas, testemunhas que serão ameaçadas —, para que nós possamos fazer o encaminhamento dessas pessoas que, provavelmente, serão ameaçadas futuramente, ao sistema de proteção da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, à qual aqui eu posso, através do nosso movimento, fazer os encaminhamentos, até a entrada do PPCAAM, que ainda não existe aqui. Então, eu estou fazendo esse encaminhamento direto. E coloco-me também à disposição. Caso precisem as vítimas que vão aparecer em Coari, nós vamos fazer um encaminhamento aos sistemas.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pode trazê-los também para cá. Eu agradeço e quero dizer ao senhor: o aumento do número de 30 para 60 defensores foi um pedido meu, direto na casa do Governador, com o Conselheiro Guilherme Calmon, do Conselho Nacional de Justiça. Eu mostrei ao Governador do Estado que a engrenagem da Justiça é sistêmica: nós precisamos do promotor, dos juízes e dos defensores. Naquele dia, com uma exposição contundente que eu fiz, ele disse: “Desembargador, eu estou cedendo e, a partir de hoje, vou mandar nomear 60”. Por quê? Preocupado com a boa assistência que precisa o carente no interior do Estado. Há um detalhe importante, Deputada, que eu queria dizer a V.Exa. — eles sabem disso, porque são dirigentes e Deputados aqui do Estado do Amazonas. Eu presidi também o Tribunal Regional Eleitoral, e foi na minha Presidência que esse grupo do Prefeito foi cassado. Foi realizada uma eleição suplementar em Coari — vocês sabem disso —, e eu passei o dia com um General de Exército, não me recordo o nome dele, dentro da cidade de Coari e nas comunidades, de helicóptero, procurando fazer o melhor, porque, já naquele momento, eu sabia que Coari precisava realmente mudar, e mudar para melhor. Mas, infelizmente, também, o Prefeito que ganhou não deu seguimento. Mas eu fui, segurei essa decisão, mostrei ao Tribunal Superior que ele tinha que ser cassado — era o Vice-Prefeito dele, com o nome de Rodrigo, o senhor se lembra disso. Então, eu sempre estive preocupado com isso. O Dr. Divaldo queria dar só uma palavra à Deputada e à sua colega também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois não.

O SR. DIVALDO MARTINS - Deputada, inicialmente há uma explicação que se insere como um dos itens da audiência que a senhora propôs e está conduzindo agora, nesta data. É relativamente ao problema dos advogados. Eu gostaria de mostrar para a senhora e ler a todos os presentes os termos do ofício do Presidente. Já esclarecemos que a proposta de indicação dos advogados foi do nosso Vice-Presidente. Já está esclarecido, já encontramos as notas taquigráficas. Quando nós recebemos o vosso ofício, o Presidente... Eu redigi, por isso que eu fiz questão de esclarecer. Eu redigi o ofício e dirigi ao Desembargador Jorge Manoel Lins, dizendo o seguinte: *“Agradeceria, pois, as providências necessárias de V.Exa., de forma que os referidos causídicos possam exercer plenamente o múnus que lhes foi outorgado*



pela Comissão da Pedofilia da Câmara dos Deputados.” Como ele declinou da competência — alegou motivo íntimo — sem examinar isto aqui, nós repetimos o ofício ao novel Relator, o Desembargador João Mauro Bessa, e dissemos o seguinte...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A Desembargadora fala... A Desembargadora Socorro quer que a Relatora...

O SR. DIVALDO MARTINS - Do pedido de intervenção...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Para ver se... (*ininteligível.*)

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA - Para eu conhecer...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DIVALDO MARTINS - Veja, Deputada:

“Esclareço ao ensejo que anteriormente, em data de 22 de novembro, idêntica remessa fora feita ao então Relator, o Desembargador Jorge Lins, para as providências cabíveis. Destarte, reiterando a solicitação feita àquele Relator, encareço de igual modo a V.Exa. a adoção das providências processuais que se fizerem necessárias”.

Nunca, nunca o Presidente assumiu o compromisso de habilitar, deferir a habilitação. O Relator ouviu o *dominus litis*, o órgão do Ministério Público — e é aquilo que as senhoras sabem —, e deu o parecer contra, fundamentadamente, e, com base nesse parecer, o Desembargador indeferiu, pelo menos por enquanto, o pedido.

Era essa a explicação em que a gente vê que o Presidente não determinou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DIVALDO MARTINS - O que ela perguntou? Ela disse esclarecer que os quatro processos já registrados nessa Corte não foram inseridos na Justiça Plena, pelo Conselho Nacional de Justiça. Só dois, só dois, por enquanto, porque nós estamos entregando...

(Não identificado) - Só esses dois, não é?



O SR. DIVALDO MARTINS - É, só esses dois. É possível que venha pedido dos demais, mas, por enquanto, ainda não.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas, independente disso, como eu disse e ratifico, estamos tomando todas as providências, conclamando os colegas para dar celeridade.

Deputada, preocupado com a situação do Coari, eu, com toda a carência de juízes, designei, através da Portaria nº 375, o Dr. Fábio Lopes Alfaia, Titular da Comarca de Barcelos, Câmara de Rio Negro, para responder cumulativamente — infelizmente, eu não poderia fazer com jurisdição plena, porque ele responde por dois Municípios. Mas está aqui, olhem —, para não deixar a comarca sem magistrado.

E fiz mais, peguei a Juíza, que é do Juizado Especial de lá, a Dra. Dinah, e mandei que ela respondesse pela 1ª Vara da Comarca da Coari; ou seja, procurando o melhor, para dar celeridade em todos os processos.

A SRA. MÁRCIA SILVA DIAS - Deputada, por favor. Eu fui uma das advogadas indicadas e gostaria de fazer um questionamento. Tecnicamente, a gente entende o que o Desembargador falou, de que ele realmente não poderia dizer, porque ele não é o Relator; tecnicamente, a gente sabe. Mas, o meu questionamento é que, como advogada, nós temos um estatuto — e isso eu coloco para vocês aqui —, o Estatuto da Advocacia que, inclusive, nos dá o direito de ver inquéritos findos ou em andamento. Um advogado, independente de procuração, tem esse direito. E essa situação não foi considerada na decisão do... É um questionamento, na decisão do Desembargador Relator. Claro, com o subsídio do parecer do Ministério Público. O que para nós é muito estranho o *custos legis* — ao mesmo em que é *custos legis*, ele é autor, nesse caso; é fiscal da sociedade e autor, nesse caso — dizer não para o advogado, que tem essa prerrogativa. Quer dizer, nós temos uma lei federal que nos garante isso — não que eu tenha tanto interesse em atuar, porque o pessoal está correndo, com medo das ameaças. Mas, pensando que a CPI representa o interesse público em que estão revertidos esses processos, existe um parecer contrário do MP, que não precisa ser acatado pelo Desembargador — esclareça-se isso: não precisaria ser acatado; ele pode ou não



acatar um parecer contrário. Há inclusive uma prerrogativa do advogado de atuar em processos findos ou não.

Assim, eu sugiro que a CPI, inclusive, possa fazer outro pedido formal nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A CPI vai fazer essa reunião. A CPI vai tomar três providências: uma delas é solicitar ao CNJ, sem nenhum juízo de morosidade ou coisa desse tipo; mas apenas solicitar ao CNJ que os demais processos se incluam, também, no programa Justiça Plena; segundo, nós vamos — nós queremos conversar com a senhora — solicitar que a CPI atue como *amicus curiae* no processo, num pedido de intervenção; e, terceiro, nós vamos reafirmar a necessidade do acesso dos advogados indicados pela CPI aos processos que estão em curso. São esses os três encaminhamentos — viu, Francisco — que nós vamos desenvolver.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, só para reafirmar esse objetivo, eu gostaria que, quando V.Exa. fizer essa questão do acesso, que o faça diretamente ao Relator, ao Relator de cada matéria, que é para não perder tempo; mandar para mim ou mandar para ele, mas que fosse já em cima do colega que tem a relatoria. Eu queria só... eu sei que a senhora vai falar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. E vamos encaminhar. Nós vamos estar com o Ministério Público, à tarde, e vamos falar com ele sobre isso, e também com o Procurador de Justiça. Nós vamos também encaminhar para o Ministério Público, porque nós vimos o parecer do Ministério Público. O que não se pode é acusar esta CPI de um processo de irresponsabilidade. Então, nós temos um cuidado imenso com os processos que correm sob sigredo de justiça; a gente tem colhido os depoimentos, e há parceiros nossos como o CONANDA, o SDH, movimentos de direitos humanos — que a gente não permite que participem, inclusive —, e nós temos plena e absoluta confiança no trabalho deles e na retidão das posturas para que não haja, não se diga ou não pare nenhuma dúvida acerca da seriedade do trabalho da CPI. Nós estamos com um cuidado imenso. Nós temos acesso ao inquérito de Estocolmo, e há outras peças sigilosas, e ninguém pode dizer que nós passamos qualquer coisa para imprensa ou para qualquer outro órgão que possa comprometer o sigilo. Portanto, não é o fato de



o processo estar em sigilo que faz com que nós, sabemos que está em sigilo, envolve crianças e adolescentes, que tenhamos qualquer tipo de procedimento irresponsável ou ilegal. Então, enfim, nós encaramos como uma afronta do Tribunal

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não escutei, tenho um defeito na audição. Só para...

O SR. DIVALDO MARTINS - O indeferimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - (*Riso.*) Eu considero, o senhor me desculpe, como uma afronta do Tribunal o indeferimento...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ah! Uma afronta do Tribunal...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, do Tribunal.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tá...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, entendo tudo o que o senhor falou, mas é uma afronta, porque questiona a responsabilidade da CPI. Porque vocês negam argumentando que está em segredo de justiça, e nós sabemos que está. E quando vocês dizem: "*Nós estamos negando porque está em segredo de justiça*", vocês estão colocando em suspeição a seriedade da CPI.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O que não era o meu caso. Porque a senhora viu que mesmo aquele segredo de justiça eu já passei para a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. E sei. Eu sei. Não! Eu estou lhe dizendo que...Eu não estou lhe colocando, estou dizendo que é uma afronta do Tribunal, porque quem respondeu pelo Tribunal foi o Relator. Eu não estou lhe dirigindo uma afronta do senhor para conosco...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) -...mas uma afronta do Tribunal.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Estou citando o bom exemplo meu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente. A argumentação foi uma argumentação de que não poderia conceder, porque está em segredo de justiça. Nós sabemos que está em segredo de justiça, e nós não vamos quebrar o segredo de justiça — o senhor entendeu, não é?



O SR. DIVALDO MARTINS - Permita-me o adminículo (*ininteligível*), a decisão é do Relator e não é definitiva.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, nós vamos...

O SR. DIVALDO MARTINS - Inclusive, ele pode...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pode pedir a reconsideração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos pedir a reconsideração.

O SR. DIVALDO MARTINS - Inclusive, a nobre advogada deve interpor — deve interpor, eu acho que deve interpor — o agravo interno cujo recurso pressupõe o juízo da retratabilidade; ou ele retrata ou ele leva ao Pleno. Aí, sim, vai haver uma decisão do Tribunal por sua composição plenária.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, nós temos aqui — é a última pá de cal nessa questão, para não atrapalhar mais — a portaria que criou aquela Comissão de Assessoria Virtual. São três dirigentes e Magistrados, considerados por nós como dos bons Magistrados: o Dr. Josenildo Dourado Nascimento, Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, e Rafael da Rocha Lima, com um grupo de juízes, visando melhorar a situação de Coari.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E o Desembargador Yedo acaba de mandar esse ofício para vocês. Ao Juiz:

“Sr. Juiz, nesta data de hoje, 21 de fevereiro, tomei conhecimento, através dos membros da Comissão da CPI de Pedofilia, da Câmara dos Deputados, e do Deputado Luciano Castro, presente na reunião desta Comissão, realizada na sala de reuniões do Presidente do Tribunal de Justiça, de que o presidiário Rafael Wallace Saraiva de Souza, que cumpre pena supostamente em regime semiaberto, teria sido visto em liberdade, transitando na área da Ponta Negra, o que escandalizou aquele membro. Diante desse fato, determino que seja apurado pela Vara de Execuções Penais, no prazo máximo de 10 dias, e a



conclusão das providências tomadas seja encaminhada a esta Corregedoria.”

Por quê? Ele quer saber se houve realmente a convivência de diretor de presídio — passo à senhora também...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Está aí. Eles vão apurar na sindicância. Pois não...

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Sr. Presidente, Srs. membros, Sras. Deputadas e Deputados Estaduais aqui presentes, eu peço permissão da Corte, porque eu estou na Relatoria do pedido de intervenção, feito pelo Ministério Público Estadual, fruto de uma representação de quatro Deputados, dos quais um deles está presente.

(Não identificado) - Já foi embora.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Dois? Ah, desculpe, eu não tinha visto o Deputado. Muito bem! Só que esse pedido de intervenção eu despachei hoje, e a imprensa — inclusive, está aguardando as senhoras. Mas não se conteve. É público, eles tiveram acesso ao meu despacho — questionou, inclusive: *“Desembargadora, por que 10 dias?”* Porque, em primeiro lugar, o Ministério Público, independente de tudo aquilo que foi formulado pelos nobres Deputados — o pedido de intervenção cingiu-se somente à situação do Conselho Tutelar. Muito bem! —... não houve por parte do Ministério Público o pedido de liminar. Então, subsidiariamente — a lei, ela é clara, é a 12.561, de 2011 —, nós usamos a Constituição Federal, que diz que, no momento em que o Relator recebe, se não tem esse pedido, nós temos que usar o tempo da lei, 10 dias, para que eles prestem informação. Então, nós já liberamos, já está disponível para eles. Vamos aguardar esse retorno. Criou uma expectativa na imprensa e acho que em toda a população, por tudo aquilo que a gente conhece, com relação a se era possível, de imediato, eu levar ao Pleno. Eles queriam saber se eu poderia, monocraticamente, decidir essa situação. É lógico que não! Se tivesse maduro o suficiente para isso, tem que ser levado ao Pleno do tribunal. Mas, assim, uma preocupação deles é se este caso é suficiente para afastar o Prefeito — sabe que jornalista pergunta tudo, é o papel deles —, e eu tive que explicar que, com relação



ao que foi feito pelo Ministério Público, para apurar a situação do Conselho Tutelar, se, ao final, constatarmos que tudo isso tem veracidade, o que é feito: é pedida a intervenção para este ato. Ou seja, no caso o Governador, o que vai fazer: o Governador vai determinar que seja substituído ou que cesse aquilo, que seja corrigido. Então, assim, causa em todos uma certa complexidade e, ao mesmo tempo, uma insatisfação. Mas o que eu disse... Quer dizer, Desembargadora, que não pode...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Me explique. Me explique: não é monocrática a decisão?

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Não! Não é monocrática.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora vai apresentar um parecer para o Pleno...

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Não pode ser monocrática, por se tratar de um Prefeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Sim.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Se, porventura, houvesse o pedido de liminar, mesmo com ele, eu teria que preparar o meu voto e levar ao Pleno do tribunal, o mais rápido possível, para que ele apreciasse.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo!

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Mas nem sequer houve do Ministério Público o pedido de liminar. Então, não tem outro caminho a não ser o trâmite normal, que é pedir as informações da Prefeitura Municipal de Coari. O que eu já fiz. Tão logo chegue — para que os senhores entendam o trâmite dessa ação —, o Ministério Público tem que falar agora como *custos legis*, ou seja, como fiscal da lei. Vai para o MP, volta. Mas o que causou em todos uma certa insatisfação é porque imaginavam eles que, ao final, isto faria com que tivesse a possibilidade de intervenção com já uma outra pessoa prévia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Supondo que se decida a intervenção, o tribunal...



A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Sim, a intervenção...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí você encaminha para o Governador?

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - É, encaminha para o Governador, Deputada, mas é bom que se diga: como o pedido de intervenção se restringiu a isso, o Governador fará simplesmente afeito a esse ato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A intervenção no...

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - No Conselho Tutelar, para que corrija...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - É, na verdade, a intervenção na Prefeitura, com isso que nós temos aqui, não é suficiente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Teria que ser fundamentada. E com as notas taquigráficas da CPI, de tudo o que nós ouvimos, do medo das pessoas, de Secretários fazendo terror com os moradores, assessores fazendo...

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Isso tudo estava na reclamação formulada pelos Deputados. No entanto...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - O que foi anexa, mas, nós... Equivaleria à denúncia. A representação do Ministério Público nada trouxe com relação a isso. A reclamação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, então, nós vamos ter que fazer outro processo?

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES MOURA - Justamente, porque com relação... Eu estou falando para os senhores que o que veio...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA -... foi com relação ao conselho tutelar, que não vai surtir o efeito necessário.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo, embora a fundamentação seja uma fundamentação agregada pelos Deputados, uma fundamentação mais rica...

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Esse material todo está junto ao pedido, mas a reclamação, o que motiva...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Eu entendi. Agora, nós podemos fazer uma ação — nós, a CPI?

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Tem que ser através do Procurador-Geral de Justiça, porque é quem tem legitimidade. O que eu quero dizer é que, com essa ação que tramita aqui, a este fim nós não chegaremos.

(Não identificado) - Desembargadora, eu queria... Quando nós, eu e o Deputado José Ricardo, lemos o pedido em si, nós vimos que ele é muito pontual, muito específico, não tem abrangência. Aí foi colocado em anexo o nosso relatório, mas, no pedido, não se menciona o nosso relatório. Aí eu queria sugerir, perguntar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está bem. E como é que a gente entraria como *amicus curiae*?

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Com relação a entrar como *amicus curiae*, não teria problema nenhum. No entanto, Deputada, o pedido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O pedido está restrito?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A senhora vai estar à tarde com o Procurador? Se eu fosse vocês...

O SR. LUIZ CASTRO - Faria um novo pedido.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso é o que eu ia dizer.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - O ideal era fazer uma nova...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Vocês vão estar à tarde com ele. Diante do que a Relatora está falando...

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA -... porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E se a Procuradoria aditar? É melhor fazer outro pedido.



A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Eu penso que é melhor outro pedido.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Porque, senão, teria que reabrir o prazo.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - É, porque nós perderíamos muito mais tempo do que entrar com uma nova ação.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Prometo a vocês, como Presidente da Corte, a partir do momento em que for pedida a data, que mando incluir na pauta o Presidente do Tribunal. No mesmo dia em que a Desembargadora solicitar para pautar, eu mando incluir na próxima sessão. Isso aí também quero que fique consignado.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Da nossa parte, nós vamos correr o trâmite normal e dar maior celeridade. Mas, infelizmente, eu digo aos senhores que, ao final, o resultado, da forma como veio do Ministério Público, nós não podemos ir além, porque senão seria *ultra petita*, e aí pareceria a todos que nós estávamos numa caça às bruxas, o que não é verdade. Nós queremos, sim, a verdade dos fatos e, lógico, a justiça.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim. Claro!

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Eu estou à disposição das senhoras. Se quiserem anotar o meu telefone pessoal...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós queremos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - E eu peço desculpas de não permanecer ainda com as senhoras — estou pronta a responder qualquer questionamento agora —, porque eu estou respondendo pela Presidência do TRE, porque sou Vice-Presidente e o colega está ausente. Então, há as situações lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não há problema. Nós gostaríamos de pegar os seus contatos.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos tratar com o Ministério Público e nós vamos solicitar um novo pedido, uma nova representação.



A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Eu penso que o caminho é esse, porque nesse aqui, infelizmente, nós vamos restringir a situação do Conselho Tutelar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O *amicus curiae* é só para ajudar na... O que é *amicus curiae*, em verdade?

O SR. DIVALDO MARTINS - É o "amigo da Corte".

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É "o amigo da Corte".

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - É aquele que acompanha, que, porventura, traz algum esclarecimento, ajuda no convencimento do magistrado ou do Ministério Público, mas não apura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o *amicus curiae* neste momento, o amigo da Corte, vai apenas contribuir, corroborar com esse pedido que está feito.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Pois é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo!

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - E esse pedido não chega ao alcance que se espera.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo! Agora, deixe eu lhe perguntar mais uma coisa: e uma intervenção federal? A gente pode também solicitar ao Ministério Público Federal que possa fazer isso e tal?

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Se houver crime federal suficiente para... (*Risos.*) Porque, vejam bem, o detalhe é que nós ficamos presos à magistratura,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ao pedido?

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - ...ao Ministério Público, que é o dono da ação penal. Então, no momento em que vem a denúncia, tem que ser apurada e tem que ser dado o devido andamento; mas, se ela não traz aquilo que se quer alcançar, nós não temos muito o que fazer, a não ser dar continuidade e, da minha parte, a celeridade necessária.

Mas esse aqui... Vamos corrigir, talvez, a distorção que exista. Mas eu já soube por terceiros que, inclusive, já foi corrigida; que essa situação do Conselho tutelar, desde o ano passado, já está resolvida. Então, vai causar uma grande



frustração em toda a sociedade. É por isso que eu sugiro que se providencie outra ação.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - A senhora gostaria que alguém, algum assessor anotasse o meu telefone? Eu estou pronta. E peço desculpas de não permanecer.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Decline o número do seu telefone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Pois não, (92)9370 4954; e o do meu gabinete é 2129 6689.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Socorro Gomes, não é?

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Socorro Guedes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Socorro Gomes é outra amiga minha.

A SRA. MARIA DO SOCORRO PERPÉTUO GUEDES MOURA - Eu estou ao inteiro dispor para o que precisar. Até logo. Bom trabalho a todos.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sou grato, Desembargadora. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Desembargadora pelos esclarecimentos.

Que horas são agora?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Treze horas e vinte minutos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Virgem Maria! Não vai dar para ir lá, não! Porque lá, no Ministério Público, o atendimento é até às 14h... 14h30min...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Enfim, nós queremos agradecê-la pelos esclarecimentos, e dizer que nós vamos apresentar... nós vamos conversar com o Ministério Público hoje sobre essa questão da intervenção, que para nós é absolutamente crucial; vamos solicitar ao CNJ a inclusão dos outros processos que dizem respeito a crime sexual; na justiça plena, nós vamos solicitar a



nossa condição de *amicus curiae*; e vamos pedir uma reconsideração acerca da negativa do acesso dos advogados.

Eu queria lhe agradecer, Presidente.

O SR. DIVALDO MARTINS - Aí tem que ser dos autos ao Relator. Agravo interno como pedido de reconsideração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está certo, a gente faz isso aí; está ótimo. Então, eu queria lhe agradecer a oportunidade e dizer que... O senhor quer falar alguma coisa?

O SR. DIVALDO MARTINS - Não senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque eu vou encerrar a CPI...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou falar. Eu só quero...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar para a Relatora, para que a gente possa formalmente encerrar, pela CPI. A gente tem que encerrar e...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Desembargador, eu quero agradecer os esclarecimentos quanto às colocações da CPI, e vou me retratar em relação ao processo, que disse que sumiu, mas não foi um erro aqui do Tribunal de Justiça, foi de onde ele veio e para onde ele foi.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E por eu ter um grande apreço pelo Dr. Calandra, eu peço desculpas ao senhor pela colocação, mas o que foi passado para gente foi isso. No dia, realmente, a gente não tinha notícias de que o desmembramento da VORAX estava aqui. Nós pedimos, nós temos as notas taquigráficas, e o que me perguntaram foi isso. Sumiu! Eu não vou me redimir daquilo que eu falei. Realmente, eu disse isso, porque foi o que pareceu para a gente, na época.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A Senhora fique, da minha parte tranquila.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, fica o pedido para o senhor não ficar mais magoado comigo, tá?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, não! Eu vou levantar e até lhe dar um abraço. E vou dizer mais: estou muito feliz com esta nossa reunião, o Tribunal não está de portas abertas, está de portas escancaradas para vocês. Eu louvo, enalteço, e sei da imprescindível colaboração da CPI para esse problema crucial que tanto atinge o nosso Estado do Amazonas. Nosso Estado é um Estado grande, um Estado continental, e nós temos pessoas maravilhosas aqui dentro. Essa é uma parcela mínima que está expondo o Poder Judiciário do Estado do Amazonas à maledicência e ao descrédito.

Mas tenha certeza de que aqui nós temos pessoas de bem, pessoas honradas, bons pais de famílias, políticos, magistrados, advogados, promotores, honradíssimos que estão sendo também chocados com essa posição que está acontecendo. Mas estão certas, estão trabalhando bonito, com dedicação, essas duas senhoras, enaltecendo a Câmara dos Deputados. Parabéns! Sejam felizes, e é tudo o que eu desejo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada.

Eu queria, então, ao encerrar, agradecer a presença do CONANDA; agradecer a presença do CEDECA; a presença do Movimento Nacional dos Direitos Humanos; e dos Deputados, Particularmente. Eu acho que nós somos muito gratas pela participação dos Deputados, tanto o Luís Castro quanto o José Ricardo, que têm nos ajudado nesse processo.

Quero agradecer ao Sr. Desembargador; aos demais representantes do Poder Judiciário; aos nosso advogados que foram indicados para a CPI, porque nós fomos fazer esse pedido de reconsideração; e, com isso, declarar encerrada a presente audiência diligente com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e convocar nova diligência para as 14h30min com o Procurador de Justiça do Estado do Amazonas. Estarão presentes também a Procuradora Regional do Trabalho, a Alzira Melo Costa, e o Sr. Rafael da Silva Rocha, Procurador do Meio Ambiente e dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria da República do Amazonas. E, às 16 horas, nós vamos colher os depoimentos relativos à Operação Estocolmo, conforme aprovado por esta CPI. E com isso declaro encerrada a presente audiência.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixo o Tribunal à sua disposição. Se a senhora quiser ouvir-nos aqui também, Deputada, eu fico à inteira disposição. Nós temos estrutura para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Muito obrigada.